

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia



**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 47ª
(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O NOVO ENSINO MÉDIO,
DE 26 DE MAIO DE 2022**

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 26 de maio de 2022, às 15h.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido por mim.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – O Expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 46ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de maio de 2022.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observação a ata mencionada.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.290/2022, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras, Leandro Grass e João Cardoso, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 26 de maio de 2022, será transformada em comissão geral para debater sobre as questões relacionadas ao Novo Ensino Médio nas escolas do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Estão presentes os Deputados Prof. Reginaldo Veras e Chico Vigilante.

Peço aos queridos amigos da Polícia Legislativa que abram o plenário e a galeria para os nossos convidados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Peço novamente à *TV Câmara Distrital* que retome as transmissões.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o Novo Ensino Médio no Distrito Federal.

Para a composição da Mesa, convido as seguintes autoridades: o Sr. Deputado Leandro Grass, Vice-Presidente do Bloco Sustentabilidade e Educação; o Sr. nobre Deputado João Cardoso, também do Bloco Sustentabilidade e Educação; o Sr. Secretário Adjunto de Educação do Ministério da Educação, Helber Ricardo Vieira; a Sra. Subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Solange Foizer Silva; a Sra. Diretora do Sindicato dos Professores, Rosilene Correa; e o Sr. Diretor do Centro de Ensino Médio Integrado do Gama, Carlos Lafaiete Formiga Menezes. Sejam todos muito bem-vindos.

Registro a presença dos estudantes do CEMI – Centro de Ensino Médio Integrado, na nossa galeria. Sejam muito bem-vindos, meninos. Lembro ao pessoal que está atrás das cadeiras que as cadeiras dos Parlamentares estão liberadas. Vocês podem usar. Não há qualquer problema. Tudo liberado.

Senhoras e senhores, a implantação do Novo Ensino Médio no Brasil, depois de debates, palestras, discussões, tomadas e retomadas, ocorreu, como muitas políticas públicas brasileiras, meio que a trancos e barrancos, sob a pressão dos nossos governantes máximos, trazendo bastante insegurança àqueles que, na ponta, acabam executando as políticas públicas, que são os estudantes, que até chegaram a fazer ocupação de escolas em vários lugares do Brasil em virtude dessas imposições dos gestores escolares e dos professores.

Até hoje, a gente vive um cenário de insegurança na implantação do Novo Ensino Médio, algo que é relativamente normal, pois tudo o que é novo nos tira da zona de conforto e traz certa insegurança. Neste caso em questão, como atropelaram o processo de implantação, a insegurança foi ainda maior.

Então, estamos hoje aqui para debater, buscar encaminhamentos, propor soluções e, muitas vezes, até entender o processo de implantação dessa nova modalidade no ensino médio.

Assim, temos aqui pessoas de várias áreas da educação, desde o Poder Executivo, o Poder Legislativo, passando por estudantes e aqueles que estão na base, para tentarmos aqui buscar encaminhamentos. Isso decorre de um pedido dos gestores escolares, e, se esses pedem, significa que eles ainda estão sem um norte pleno, sem um rumo pleno de como fazer essa implantação.

No mais, passemos diretamente à fala aqui dos interessados.

Então, inicialmente, passo a palavra ao nobre Deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Obrigado, nosso Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Quero aqui cumprimentar o meu amigo, Deputado Leandro Grass; também o Helber, Secretário Adjunto de Educação do Ministério da Educação; a nossa Subsecretária de Educação, Solange; a Presidente do nosso Sindicato dos Professores da rede pública do Distrito Federal, Diretora Rosilene; e o Carlos Lafaiete, Diretor do Centro de Ensino Médio Integrado do Gama.

Eu fico muito contente em poder participar desta conversa. Realmente nos causa preocupação, bem como alegria, sabermos que estamos com a educação em evolução, sempre.

Sou professor da Secretaria de Educação, minha esposa também é professora da Secretaria de Educação, e nós temos oito filhos, e todos foram estudantes das escolas públicas aqui do Distrito Federal; dois deles ainda estão nas escolas públicas, o André, que está acabando o Ensino Médio, já no 3º ano, e o Bruninho, que está no CEF – Centro de Ensino Fundamental 3 de Sobradinho, com o nosso amigo, Diretor Robson Salazar, por onde todos os filhos passaram. Então, além de estar como Deputado, e ser servidor público, eu fico muito contente em poder participar de uma discussão como esta, porque, embora eu conheça um pouco da educação do DF, também tenho meus filhos estudantes de escolas públicas.

Quero aqui cumprimentar, mais uma vez, o Presidente do meu bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, bem como o Deputado Leandro Grass. No dia em que formamos nosso bloco, até brincamos ao dizer que é o bloco dos sonhos. Acho que nunca houve um bloco nesta Casa formado por três professores. Fico muito contente porque são pessoas que tenho como referência aqui na Câmara Legislativa. Quando a gente foi decidir quem seria o Presidente do bloco, eu falei para o Deputado Leandro Grass: o professor aqui é o Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós somos os iniciantes. Não é isso, Deputado Leandro Grass?

Então, fico muito contente e quero parabenizar todos vocês que participam. E que a gente possa ter, com a graça de Deus, uma discussão em que a gente possa progredir através de uma democracia; e democracia, para mim, é igual a comunhão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado João Cardoso.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Boa tarde a todas e todos, bem-vindos, e, de forma especial, aos nossos estudantes do Cemi, que bom que vocês estão aqui, pessoal, estamos muito felizes com a presença de vocês. Quero saudar os nossos professores e as nossas professoras; na figura da Professora Rosilene, saúdo todas as mulheres aqui presentes, as nossas diretoras.

Vou citar alguns presentes que aqui estão: a Maria da Paz, Vice-Diretora do CEM – Centro de Ensino Médio 4 de Sobradinho; o Matheus Costa, do CED – Centro Educacional São Francisco de São Sebastião, o Chicão; o nosso querido Professor Gadelha, do CEM 9 de Ceilândia; e a Rosilene Silva Nóbrega, Diretora do CEM 3 do Gama. Caso alguém esteja aqui e eu não tenha citado, perdoe-me, depois a gente pode fazer o registro de presença.

Quero saudar a Mesa; meus nobres colegas, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado João Cardoso, colegas de bloco; também o nosso grande amigo, Professor Lafaiete.

Quero dizer aqui para vocês, meninos e meninas do Cemi, que temos muito orgulho da escola e do trabalho de vocês, vocês inspiram bastante todos nós. E aqui quero agradecer ao Professor Lafaiete e a toda a equipe pedagógica. É uma escola que, realmente, dá alegria e mostra que o que a gente tem de melhor está na escola pública.

Quero saudar também os nossos representantes do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação.

Serei bem breve, porque hoje nós estamos aqui para ouvi-los e ouvi-las nesta comissão geral, que tem um caráter muito importante de escuta e apreciação das contribuições de quem está vivendo na base essa experiência, Deputado Prof. Reginaldo Veras e demais colegas aqui presentes.

Creio que um pressuposto que a gente precisa colocar nesta conversa de hoje é que nenhuma política pública, nenhuma, principalmente na educação, pode ser feita sem a participação das pessoas; nenhuma política que vai interferir na vida da sociedade deve ser elaborada sem antes ouvir, profundamente, a sociedade, e mais ainda os primeiros afetados por aquela política.

E aí, quando a gente vai para a política educacional, isso se torna ainda mais importante, porque educação, antes de tudo, é comunicação. E, na medida que você traz uma proposta, você tem a obrigação de dialogar com aqueles que vão ser afetados: estudantes, professores, profissionais de educação como um todo – não apenas os professores, os gestores –, escutar a comunidade escolar, porque nós estamos numa democracia.

No Distrito Federal, temos a alegria de balizar a nossa educação pública a partir de uma lei, chamada Lei da Gestão Democrática, de forma que nenhuma política que venha da secretaria deve ser implementada sem antes discutir, consultar, deliberar em parceria com as comunidades escolares. E, já há algum tempo, nós temos assistido a uma sequência de portarias, decretos, orientações que atingem em cheio a escola, mas poucas vezes são discutidos com quem está no chão da escola.

E, hoje, nesta comissão geral – explicando o caráter deste tipo de encontro, é como uma audiência, é como um momento de debate com a sociedade –, a gente veio para escutar vocês que estão no dia a dia da escola, experimentando essa proposta e vivenciando uma série de desafios, de dificuldades, de problemas.

Então, para já provocar, especialmente o Poder Executivo, eu gostaria de trazer alguns pontos bem objetivos. O primeiro ponto é saber como está sendo essa recepção por parte dos estudantes e dos professores em relação à proposta. Como é que vocês estão se sentindo? Depois de dois anos de pandemia rigorosa – a gente ainda está nela, mas ela já foi mais rigorosa meses atrás, quando a gente teve que ficar em casa em ensino remoto, aquela história toda –, nós estamos voltando para a escola, acima de tudo para nos encontrarmos uns com os outros. E a escola está sendo, antes de tudo, um lugar de acolhimento das nossas angústias, das nossas expectativas, das

nossas dificuldades pessoais, inclusive. Eu creio que a escola neste momento cumpre muito a missão de acolher – acolher o estudante, acolher o professor, acolher todos os profissionais.

Então, eu queria saber como é que vocês estão se sentindo em relação ao Novo Ensino Médio e a toda essa implementação. Como está sendo a formação dos professores e de todos os profissionais envolvidos? Como está sendo o papel da EAPE – Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação nesse processo? Já há alguma pesquisa, algum monitoramento? Porque toda política pública tem que ter o seu monitoramento. Implementa-se a política, mas, enquanto ela está acontecendo, é preciso acompanhá-la, olhá-la. É assim que se faz gestão pública. Não é só soltar a política, e salve-se quem puder.

Então, é preciso monitorar. Como está o monitoramento? Há alguma pesquisa de avaliação? Como está sendo o acompanhamento disso por parte da Secretaria de Educação? Quais são os problemas que já foram verificados? Eu tenho ouvido, por exemplo, diretores e professores reclamarem muito do problema dos diários, da própria proposta do itinerário informativo, que, às vezes, não dialoga com o território, não dialoga com a comunidade, não dialoga com as características daqueles alunos. Então, como está a correção desses problemas já verificados?

E, por último, como vai ser daqui para frente? Não é porque é novo que necessariamente está sendo bom. O Novo Ensino Médio está sendo bom? Está sendo positivo? Está ajudando a desenvolver uma educação cidadã, crítica, emancipadora para o século XXI, com os desafios enormes que a gente está tendo de sustentabilidade, de democracia, de pluralidade, de diversidade? Ou ele vai cair em uma vala comum da tecnocracia, da mera transmissão do conhecimento?

Então, são esses os pontos iniciais que eu trago. Agradeço a vocês pela presença. Estamos aqui muito atentos ao que vocês vão nos dizer, para que nós, como Poder Legislativo, na nossa função fiscalizadora, possamos cobrar de quem deve ser cobrado, para que faça o seu trabalho de forma que os professores lá na ponta, com os estudantes, também desenvolvam o seu melhor papel possível.

Muito bem-vindas e bem-vindos! Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Neste momento, concedo a palavra à Subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Sra. Solange Foizer Silva.

A senhora havia comunicado que precisaria de um tempo maior para dar uma explicação; fique à vontade, subsecretária.

SRA. SOLANGE FOIZER SILVA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, primeiramente, é professor e, depois, Deputado Distrital, Presidente do Bloco Sustentabilidade e Educação. Cumprimento também o Deputado Leandro Grass, que pertence ao mesmo bloco e luta também por uma educação de qualidade, e o Deputado João Cardoso, que inclusive tem seus filhos que passaram e passam pela rede pública do Distrito Federal. O seu penúltimo filho está terminando o antigo ensino médio, vamos dizer assim, e o mais novo vai entrar no Novo Ensino Médio.

Cumprimento também o Professor Lafaiete, com quem tive o privilégio de estar na escola assim que entrei; bem como a Professora Rose – já conversamos algumas vezes.

Eu pedi que disponibilizassem uma apresentação.

É um privilégio, professores e professoras, estarmos aqui, e um privilégio maior ainda contarmos com os estudantes do Cemi Gama, uma escola que é diferencial na rede pública do Distrito Federal.

(Apresenta projeção.) Então, vamos a algumas falas. Vou tentar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, ser o mais breve possível, mas eu tenho que trazer uma linha histórica. Vamos começar. Eu não sei se eu tenho autonomia de passar os *slides*. Então vou pedindo para passá-los. Por favor, o próximo.

No primeiro *slide*, trago os marcos legais federais. Esses marcos legais estão definidos no Plano Nacional de Educação de 2014, mas, antes mesmo de 2014, nas leis que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, já havia a alteração da formação geral básica.

Em 2013, foi instituída a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que está prevista também na Constituição Federal numa das 111 emendas constitucionais que ocorreram na nossa Constituição de 1988. Então, já se preconizava uma Base Nacional Comum Curricular. Com isso, a lei de 2013 oficializou essa Base Nacional Comum Curricular.

Em 2017, tivemos, então, o Plano Nacional de 2014, que vai até 2024, o Plano Decenal de Educação, aprovado devidamente pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. Temos também o nosso Plano Distrital de Educação aprovado em 2015.

Com isso, em 2017, a partir do Plano Decenal, veio a reforma do ensino médio. Vale ressaltar para os nossos estudantes que nós estamos na terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A primeira foi em 1961; a segunda em 1971; e a terceira, em 1996, quando vocês ainda não eram nascidos. Em 1996, tínhamos o segundo grau e depois tivemos, em 1998, a mudança para ensino médio.

Vale registrar aqui que, em 2000, a Secretaria de Educação do Distrito Federal ampliou a carga horária para mil horas anuais. Quando foram definidas as mil horas anuais, com a jornada ampliada para todos os professores, tivemos, então, a implementação do Parecer nº 15 da Professora Guiomar Namó de Mello, que já instituía três áreas do conhecimento.

Naquele momento, Ciências da Natureza era junto com Matemática. Então, naquele momento, houve a ampliação e já houve a implantação, Srs. Deputados, na rede pública do Distrito Federal, de uma jornada de coordenação pedagógica contemplando, no antigo segundo grau, agora ensino médio, uma coordenação por área, uma coordenação coletiva e uma coordenação por componente curricular. Essa implantação foi em 2000, porque o Parecer nº 15 foi amplamente divulgado e trabalhado na rede pública quando tivemos um currículo inédito no Distrito Federal, no ano de 2021, um currículo já por competências e habilidades.

Então, viemos a 2017 com a reforma do ensino médio e, neste momento, com a alteração para mil horas, que nós já temos desde 2020, e a lei autoriza até cinco anos para a implantação. Isso significa que, em 2022, todas as unidades da Federação, todos os estados devem implantar mil horas.

Com isso, em 2018, veio a Base Nacional Comum Curricular também do ensino médio, depois de várias audiências públicas, ocorridas nas cinco regiões do Brasil, audiências públicas lideradas pelo Conselho Nacional de Educação, cujas gravações estão disponíveis nesse conselho.

No final de 2018, saíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Novo Ensino Médio, que é exatamente o que estamos vivenciando hoje. Também saiu a portaria dos itinerários formativos. Logo em 2021, saiu a Resolução nº 1/2021 do Conselho Nacional de Educação.

Eu falei aqui um preâmbulo dos marcos legais. Vamos agora aos marcos distritais, porque a Câmara Legislativa atua e recepciona as leis federais ou as altera conforme a natureza do que vem da Câmara dos Deputados.

Então, saiu a Nota Técnica nº 2 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que falava especificamente do ensino fundamental, como ele deveria ter parte diversificada e formação geral básica. Logo em seguida, saiu a Nota Técnica nº 3 do Conselho de Educação do Distrito Federal, dizendo da organização dos itinerários e do Novo Ensino Médio.

Em 2020, houve a aprovação da Portaria nº 21, autorizando a implementação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio, e foi nesse momento que o Cemi Gama encampou a proposta.

Também houve a portaria de um comitê intersetorial e setorial do Novo Ensino Médio, o parecer do Conselho de Educação, e tivemos também, naquele momento, a aprovação do Currículo em Movimento da Rede Pública do Distrito Federal. Vou deixar aqui com os senhores um exemplar para cada um. Eu só não trouxe, Professor Lafaiete, um exemplar para o Cemi. Eu trouxe apenas quatro exemplares, porque o Cemi já tem, já distribuiu e já está utilizando. Os senhores podem analisar, pelas páginas iniciais deste currículo, que foram envolvidos todos os segmentos da educação; a UnB – Universidade de Brasília; o sindicato, que foi chamado para todos os momentos – está aqui a Professora Rosilene.

Naquele momento de 2020, o currículo do Novo Ensino Médio foi aprovado. Logo em seguida, houve a alteração da Resolução nº 2/2020 do Conselho de Educação, fazendo a inserção do

Novo Ensino Médio.

Qual é o histórico de implantação aqui na rede? Começou em 2016 com a Circular nº 41, com fóruns de discussões ou de discussão da BNCC. Em 2018, começaram os fóruns de discussão da arquitetura do Novo Ensino Médio. Em 2019, houve uma consulta pública do currículo, antes da aprovação. Depois, uma apresentação da arquitetura do Novo Ensino Médio para todas as unidades escolares do Distrito Federal, e, concomitante a isso, houve a formação de professores realizada pela Eape, nossa Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

Em 2020, antes mesmo da aprovação do currículo, houve a segunda consulta pública, e começou, então, a implantação do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio, cujo *link* está aí na apresentação e disponível a todos. Também começou a oferta de unidades curriculares nas unidades-piloto.

Vale informar que as eletivas, as unidades curriculares dos itinerários formativos foram elaboradas pelos professores das unidades-piloto. Eles as desenvolveram a partir de um curso realizado na Eape em parceria com a SUBEB – Subsecretaria de Educação Básica e a DIEM – Diretoria de Ensino Médio. Nós tivemos, nas escolas-piloto, as eletivas – os itinerários formativos que são eletivas na primeira e na segunda séries, eletivas e trilhas, mas vamos falar da primeira série –, que foram desenvolvidas por cada professor. O professor sentava-se com os alunos – aí o Professor Lafaiete pode também trazer à baila a construção das eletivas. Elas originaram um catálogo que está disponível a todos – também vou falar sobre ele no decorrer da comissão –, e esse catálogo hoje contempla 990 eletivas elaboradas, construídas no chão da escola.

A partir de agora, após dois anos de implantação ou implementação no meio de uma pandemia... E concordo com o Deputado Leandro Grass quando diz que poderíamos atrasar um pouco a implementação nas demais escolas de ensino médio do Distrito Federal. Poderíamos, mas tínhamos uma lei federal a cumprir que estava vinculada ao FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Então, não pudemos recuar, tínhamos que continuar. Tivemos, então, a implementação, e, no dia 13 ou 11 de março de 2020, iniciada a pandemia, aulas suspensas, os estudantes ficaram um tempo aguardando a interlocução com os seus professores.

Este período de ausência de aulas presenciais foi um momento crucial das escolas-piloto, da sua implantação. Essa implantação foi feita muito mais *on-line* do que presencialmente, com um suporte direto da Diretoria de Ensino Médio, mas é lógico, não precisamos relatar, que a pandemia trouxe prejuízos, principalmente após quinze meses sem aulas na rede pública. Não vamos entrar no mérito dos quinze meses porque temos muitos países e, inclusive, municípios brasileiros que não pararam e países que tiraram apenas as férias escolares. Mas não vamos entrar nesse mérito aqui, estamos focando no ensino médio.

Ações de 2022. Tivemos um diagnóstico inicial das aprendizagens – cujo resultado está disponível também –, no qual levantamos as perdas pedagógicas para a recomposição das aprendizagens, desde o segundo ano do ensino fundamental até a educação de jovens e adultos. Esse diagnóstico foi o primeiro realizado, na rede pública do Distrito Federal, envolvendo alunos da educação de jovens e adultos. Com isso, vieram os resultados, que são similares aos resultados nacionais: uma perda grande na aprendizagem. Então, estamos em um momento de recomposição das aprendizagens.

Com isso, em janeiro, também saiu o Catálogo de Eletivas do NEM – Novo Ensino Médio, cujo *link* é esse, que tem cerca de 990 eletivas, de que eu já falei.

Também está saindo e vai ser publicado agora o Sistema de Gestão Acadêmica EducaDF Digital. Ele já está tramitando na Casa, mas ainda não está público, porque nós estamos vendo essa implementação; temos novas parcerias com os itinerários formativos, vale informar e esclarecer.

Assim que entramos em agosto de 2022 (*sic*), era exatamente o que foi dito: secretários reclamando dos diários escolares. Os diários estavam sendo rodados em tabelas de Excel, sim, dentro da Diem, mas logo fomos buscar como resolver esse impasse e conseguimos uma cessão – sem nenhum ônus para a Secretaria de Educação/Governo do Distrito Federal – do sistema educacional de São Paulo, que está sendo implementado há dez anos. Já foram formados os secretários no primeiro módulo, que é sobre o Novo Ensino Médio, e agora os professores estão

sendo formados com um registro também totalmente fácil e autoexplicativo. É um sistema que roda para 3 milhões e 600 mil alunos com o acesso de 180 mil pessoas e não tem paradas bruscas. O Governo de São Paulo cedeu o código-fonte para a Secretaria de Educação, e, até agosto, queremos todos os módulos implementados.

Vou continuar aqui – o Deputado Prof. Reginaldo Veras já me pediu para acelerar –, vamos lá.

Em 2022: o Plano de Urgência pela Paz nas Escolas, o Caderno Orientador de Formação Geral de Itinerários, e estamos estudando já uma ação para a arquitetura do Novo Ensino Médio noturno.

Ali eu só mostrei a meta nº 3 do PNE – Plano Nacional de Educação: institucionalizar o Programa Nacional de Renovação do Novo Ensino Médio. Por quê? Porque precisamos ter o protagonismo dos jovens, precisamos de uma flexibilização curricular, de mudanças metodológicas por parte dos nossos professores e de uma adaptação à realidade do estudante.

Aí há o indicador de distorção idade-série. Aqui, o número de estudantes de 16 a 17 anos fora da escola. Fatores que nos levam a pensar sobre o Novo Ensino Médio: os fatores exógenos – violência, desigualdades sociais, questões familiares – e os fatores endógenos ou intrínsecos – metodologias pouco diversificadas, currículo enciclopédico, limitação de recursos e tecnologias. Condições da pilotagem: pandemia e ensino remoto por quinze meses.

Qual é a mudança do NEM? Um novo currículo com itinerários formativos para aprofundamento e itinerário de formação técnica e profissional.

Como está a implantação hoje? Noventa e cinco escolas, fora as doze, pois há cinco indo para a terceira série, como é o caso do Cemi, e mais sete indo para a segunda série, fora as que entraram este ano. Isso totaliza 95 escolas com 32 mil alunos.

Qual o maior foco da implementação, hoje?

Eu ia falar do Projeto de Vida, porém, veio um *slide* com a estrutura anterior, mas sem problema.

Temos, aí, uma arquitetura. A estrutura curricular tem o Projeto de Vida, que é obrigatório e é comum a todos os estudantes, e a Formação Geral Básica, que pode ser de até 1800 das 3 mil horas para os componentes curriculares que nós conhecemos, todos eles. Há a parte flexível, que é à escolha do estudante, os IFs – Itinerários Formativos, para aprofundamento, e os IFTPs – Itinerários de Formação Técnica e Profissional.

Olhem aí o Projeto de Vida: ele é o centro da nossa estrutura. Ele perpassa todo o currículo em movimento. É por meio do Projeto de Vida que o estudante vai se autoconhecer e vai se encaminhar para um projeto de vida mais à frente. Todo professor que atua no Projeto de Vida teve uma formação e tem aptidão para atuar no Projeto de Vida. As quatro dimensões do Projeto de Vida: a pessoal; a social; a organização, com planejamento e acompanhamento; e a profissional.

Formação Geral Básica: em linhas coloridas, são as quatro áreas do conhecimento; em linhas cinza são os componentes curriculares, sendo que os componentes curriculares Matemática e Língua Portuguesa são obrigatórios em todos os semestres do ensino médio.

Itinerários Formativos: o Projeto de Vida é obrigatório, e a Língua Espanhola também é obrigatória, por lei distrital; as eletivas, escolhidas; as trilhas de aprofundamento e projetos interventivos.

Itinerário de Formação Técnica e Profissional: ocorre o Projeto de Vida, ocorre a qualificação profissional por meio da Formação Inicial e Continuada – FIC, cursos que também ocorrem no Cemi, e cursos técnicos de nível médio.

A arquitetura são duas fases: primeira e segunda séries; e terceira série, a segunda fase. São duas ofertas semestrais. A matrícula é anual, e a oferta é semestral. As ofertas A e B estão em todos os semestres. Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física. Educação Física foi deliberação do consenso entre as escolas-piloto e a Secretaria de Educação. Esses três componentes são desenvolvidos anualmente.

Na oferta A, no primeiro semestre, temos as áreas Arte, Ciências da Natureza e Língua Espanhola. Ciências da Natureza: Física, Química e Biologia. No segundo semestre, mantemos o que é comum, e há Língua Inglesa e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa área é formada por História, Geografia, Sociologia e Filosofia. As ofertas se intercalam: um semestre, Língua Inglesa; outro semestre, Língua Espanhola.

Na avaliação para as aprendizagens, temos uma normatização, que é composta por uma avaliação formativa, que deve ter a diagnóstica e a somativa. Vamos lá ao quadro que eu acho mais interessante para explicar essa arquitetura.

Só há retenção do aluno na primeira série se ele tiver mais de 25% de faltas. Se não tiver, ele vai para a segunda série precisando recuperar aquilo que não aprendeu. No final da segunda série, ele pode ter a retenção por faltas, pode ter a retenção na Formação Geral Básica.

Nós temos uma média por componente, uma média por área e uma média geral. Por que isso, Srs. Deputados? A Professora Rosilene e o Professor Lafaiete já sabem. Porque nós sabemos que todos nós temos mais competência em algumas áreas. Então, em vez de o aluno reprovar sempre por Língua Portuguesa, ele pode passar pela média global. Se ele tiver a média mais baixa do que cinco, ao final, nós voltamos, abrimos pelo sistema essa nota e descobrimos: ele só foi retido em Língua Portuguesa. Ele vai fazer, então, uma dependência em EAD – Ensino à Distância da segunda série normal, porque as horas já foram computadas. Se os senhores observarem, o projeto interventivo ocorre em todos os semestres.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. No Enem de 2024, serão dois instrumentos, um de Formação Geral Básica, contemplando e fortalecendo Língua Portuguesa e Matemática com os demais conceitos das demais áreas e permeando Língua Inglesa. Aí se está dizendo que a prova do Enem em 2024 não será mais com um dia com uma prova exclusiva de Língua Inglesa. A Língua Inglesa vai permear tudo. Redação continua com uma escala de proficiência. O segundo dia é de acordo com a escolha.

O mais importante é isto aqui: as nossas trilhas de aprendizagem vão contemplar... Hoje elas já ocorrem com a elaboração nas escolas. Nós agora vamos conversar e trabalhar com os professores para que desenvolvam trilhas agrupando duas áreas do conhecimento. Por quê? Essas duas áreas do conhecimento terão peso maior na hora do Enem para entrar para esses cursos que aí estão.

Matemática e Ciências da Natureza contemplarão esses cursos aí. Então, no segundo dia de prova, ela vai ocorrer a partir do itinerário da trilha de aprendizagem desse aluno com um peso maior. Matemática e Ciências Humanas são esses cursos. Medicina entrou junto com Natureza e Ciências Humanas. Então, as trilhas que perpassarão a segunda e a terceira séries, nós trabalharemos a partir do momento em que saírem. Essas trilhas saíram agora envolvendo duas áreas do conhecimento.

Há a formação técnica e profissional. Por exemplo, o aluno que fez Auxiliar de Enfermagem como curso técnico vai ter uma composição diferente na nota do Enem se ele for fazer Medicina.

Acho que terminou. Aí estão os *e-mails* disponíveis. Muito obrigada e desculpe pelo tempo tomado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, professora.

Lembro que a gente colocou um cafezinho ali para vocês se servirem. Quem quiser fazer uso da palavra posteriormente à Mesa pode se inscrever com o pessoal do Cerimonial. É só dar o nome.

Com a palavra a Professora Rosilene Correa.

SRA. ROSILENE CORREA – Boa tarde. Quero cumprimentar o meu colega e amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras e parabenizá-lo pelo debate. Quero cumprimentar todos da Mesa. Solange, é um prazer estar aqui e ouvir a sua apresentação. Cumprimento o Deputado João Cardoso, o Lafaiete, o Deputado Leandro Grass e todos e todas que estão aqui, especialmente os nossos estudantes. Que bom que vocês estão tendo a oportunidade de participar deste momento. Lamento, junto com vocês, que infelizmente essa oportunidade não tenha sido dada a todos os estudantes do Brasil antes mesmo de a lei ser aprovada e essa coisa chamada reforma ser implementada. Isso a gente precisa lamentar.

Quero falar aqui, de forma muito tranquila, que é importante sairmos dessa lógica de que o sindicato está sempre contra. Eu acho que o papel que nós temos que cumprir é exatamente aquele de analisarmos com um olhar muito crítico tudo o que é posto para a educação, sobretudo a educação pública, principalmente porque a nossa luta é especialmente para garantir uma educação pública de qualidade a vocês estudantes.

Então, essa é a nossa tarefa. Nós temos uma tarefa corporativista, mas não tem como falarmos em trabalhadores e trabalhadoras da educação valorizados se não tivermos como principal meta que essa educação seja para os nossos estudantes – não é, Deputado Leandro Grass? – e que, de fato, o aluno esteja no centro desse debate.

Por isso preocupamo-nos muito com essa... Eu queria, inclusive, sugerir que a gente nem chamasse de reforma, porque eu acho que todo mundo aqui entende que a gente reforma qualquer coisa, a minha casa especialmente, para ela ficar mais confortável e melhor, não só bonita, como nas propagandas que a gente vê na *Rede Globo* em horário nobre incentivando e induzindo nossos jovens adolescentes a crer que o que está sendo oferecido a eles é o melhor.

É claro, todos nós aqui já fomos adolescentes e tudo o que sonhamos é com autonomia e liberdade de escolha. Então, dizer ao jovem que ele vai poder escolher o que ele quer, que é o melhor para a vida dele, é óbvio que todo mundo vai gostar disso. Mas a gente tem a preocupação, Deputado Leandro Grass, de que, depois, como a gente vai poder, ainda que a gente consiga revogar essa lei, recuperar para esses milhões de estudantes do Brasil o que está sendo ofertado neste ano, o que vem acontecendo e que pode se estender, inclusive? É um prejuízo que não tem como recuperar depois, porque o que nós estamos fazendo...

A gente vive hoje, no Brasil, uma guerra ideológica, e não tem como não falar de ideologia quando se fala de educação. A educação está sendo fortemente atacada, e a reforma do ensino médio... Aí a gente tem, realmente, que recuperar o tempo. Acho que aqui todo mundo tem boa memória, e, independentemente de opção, de discussão partidária, de quem governava e de quem governa agora, a história mostra a prática de cada um.

Todas as mudanças que tivemos... Falo aqui também em nome da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Portanto, temos o papel de discutir as políticas nacionais. E tínhamos, sim, iniciado uma discussão da reforma e de questionamento do ensino médio. Sabemos que precisamos promover mudanças. Porém, mudanças para melhorar. Então, é um novo melhor.

Agora, não consigo entender como é melhor aquilo que retira. E estamos falando aqui, hoje, de retirada. Portanto, é retrocesso e não pode ser para melhor.

Quando falo que alguma disciplina é menos importante, estou dizendo que estou deixando de ofertar, sim, e sabemos... Não vamos aqui também ficar centrados apenas no Distrito Federal, porque temos responsabilidades com o todo. Temos municípios, gente, Brasil afora, que têm apenas uma escola de ensino médio. Se essa escola não ofertar, esse estudante não vai ter opção. Não é escolha, é o que foi oferecido a ele.

Se a gente não fizer a leitura de que a proposta é, sim, uma importação, é um incentivo e é uma implementação de uma lógica que leva os nossos estudantes para uma lógica capitalista... Ignora-se, nessa proposta, a nossa cultura brasileira. Você quase faz uma viagem, como se estivesse sendo oferecida aos nossos estudantes a educação dos Estados Unidos. E, aí, é claro que os nossos adolescentes têm uma tendência a achar que isso é legal. A gente descaracteriza, inclusive. Isso é muito grave.

Quando a gente fala que o aluno pode recuperar, por educação à distância... Se eu tive dificuldade, fragilidade em algum ponto, e, por isso, não atingi uma média, como é que eu vou melhorar à distância? Se, presencialmente, já tive dificuldade, como estou dizendo a esse aluno que ele vai poder se recuperar com algo que vai ser oferecido a ele nessas condições?

Então, com muita preocupação, sim, com o que está sendo ofertado... É para a gente, de fato, ter preocupação com a educação que se está ofertando, ou a gente está apenas ofertando aquilo para atender ao mercado?

É precarização, não é? Porque o que estamos, de fato, oferecendo de futuro aos nossos estudantes é o mesmo que dizer aos filhos da classe trabalhadora que a eles basta chegar ao ensino

médio. Porque, quando retiramos, nós os estamos colocando em uma condição de total desvantagem em relação ao restante dos nossos estudantes.

Aqueles das escolas particulares, esses, sim. A gente pode até chamar de Novo Ensino Médio, porque, aí, eles receberão mais, sabe, Solange? Porque, lá na escola particular, nada está sendo tirado; ao contrário, a escola oferta mais. Agora, para os nossos, estamos reduzindo. Aí, esses meninos que saem das nossas escolas e de outras vão disputar – é uma disputa – a mesma vaga na UnB e, depois, no mercado de trabalho.

Então, em que condições colocaremos os nossos estudantes? Hoje, temos muito orgulho – quero aqui parabenizar a nossa categoria, os gestores – de quantos alunos nós temos com acesso à UnB.

Agora, nessas condições, temos que ter, sim, preocupação com o que, de fato, ofereceremos a esses meninos e a essas meninas e aonde eles irão. Quais serão os próximos passos? Porque não posso entender como razoável que eles frequentem a escola apenas no ensino médio. É um direito e obrigação do Estado oferecer e ofertar aquilo de que eles precisam para seguir em frente.

Quando a gente fala de uma outra preocupação... Se estou oferecendo algo novo... Eu fiz faculdade há anos e outros aqui também, alguns mais recentemente, mas, se é novo, preciso também estar preparada para esse novo. Então, preciso de informação. Como é que eu garanto formação aos professores da rede pública do Distrito Federal se temos hoje mais de 50% dos professores regentes em regime temporário? Como é que vou oferecer formação para quem está hoje na escola, mas amanhã não estará por uma razão ou outra? Não estou aqui, gente, dizendo que o problema é do profissional porque ele é contrato temporário, não. Os professores em contrato temporário são qualificados como nós, efetivos. Estou falando das condições de trabalho, mesmo, de permanência na rede, para passar por um processo de formação.

Então, primeiro, precisa haver concurso público. Precisamos ter o quadro de efetivos completo e de temporários naquilo que, de fato, for temporário. Não posso falar em ter um novo melhor, se não tenho nem meu quadro de servidores completo. Não posso entender como melhor, como novo, a Emenda Constitucional nº 95, ainda em vigor e que limita gastos. Não posso entender o novo sem investimento.

E tudo o que a educação tem tido são cortes, cortes e cortes. Temos aqui a presença do gestor de uma escola – falei com o Deputado Leandro Grass – que é uma referência para nós, que muito nos orgulha. Mas é uma exceção na rede. E é isso o que queremos. Queremos que outras escolas tenham tudo isso, mas não é a nossa realidade ainda, não é, Deputado Prof. Reginaldo Veras? Estamos bem distantes disso.

Então, precisamos pensar, de fato, em reformas, mas reformas que venham para melhorar e não para retirar, para reduzir, porque não consigo entender o que é redução, o que é retirada e que isso vai me trazer alguma vantagem ou que vai ser o melhor para os nossos estudantes.

Falando do ponto de vista corporativista, há outra preocupação, que é o notório saber, porque a parte que pode ser ofertada, a parte técnica, não necessariamente tem que ser de uma professora do quadro. Isso também significa retirar, sim, espaço do professor da rede. Não podemos também ignorar isso. Como é que vai ser essa relação?

A outra questão é realmente sobre financiamento. Quando também vem a outra parte que pode ser parceria, pode ser Sistema S, pode ser isso ou pode ser aquilo, é dinheiro público também que estará sendo repassado. E o mais grave é considerar que essa parte seja somada à parte curricular, que é o que monta a grade do ensino médio. É aí que eu falo que tem o prejuízo. Porque não é soma, é substituição daquilo que é indispensável, sim, para formação total dos nossos estudantes, em todos os aspectos.

Quero dizer que a gente tem uma discussão e quero lembrar aqui que os nossos estudantes foram os primeiros a tentar barrar essa reforma. Vocês devem se lembrar das ocupações que tivemos. Parabéns aos nossos estudantes. O Brasil inteiro fez isso e muito nos orgulhou. Infelizmente – preciso registrar aqui –, eles não tiveram apoio de todos os professores, professoras e gestores. Em alguns casos, até chamaram a polícia para impedir isso.

Hoje, precisamos admitir que estamos aqui para fazer o debate sobre algo muito sério e que fomos alertados pelos nossos estudantes. Eles foram os primeiros a entender isso. A CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, o SINPRO – Sindicato dos Professores e todos os sindicatos da educação no Brasil fizeram e continuam fazendo a luta contra esse modelo que está aí. E vamos continuar. O que queremos, de fato, é a revogação dessa lei. Vamos, devidamente, fazer o debate sobre que ensino médio queremos para os nossos estudantes.

Quando a Solange fala que começou lá atrás, vejo que é verdade. Eu comecei e não concluí, mas já vou concluir, Deputado Prof. Reginaldo Veras. A diferença é que havia espaço na mesa de negociação para os representantes dos estudantes e para os trabalhadores da educação. Havia um Conselho Nacional de Educação que foi praticamente destituído com o golpe que a Presidenta Dilma sofreu. A nossa representante do Conselho Nacional de Educação foi retirada e substituída por aqueles que foram lá para cumprir o que o governo golpista de Temer queria.

Medida provisória não pode ser entendida como algo democrático para implementar qualquer mudança, sobretudo da educação pública no Brasil. Então, não posso entender como razoável aquilo que está sendo feito sem ouvir os segmentos da educação. Não há outro caminho senão a revogação. E para revogar essa medida provisória, que hoje é lei, precisamos mudar os rumos da política neste País e reestabelecer a democracia no Brasil. Por isso são tão importantes vocês, jovens estudantes que estão aqui. Se nós, que somos um pouco mais velhos, temos cometido erros, que vocês não cometam os mesmos erros.

Vamos construir um Brasil melhor, porque isso é possível. A educação tem um papel fundamental, indispensável e estratégico nisso. Por isso, vamos zelar pela educação. Tem que ser uma educação que dê formação completa. É formar cidadão e cidadã do bem, que queira um mundo melhor e, de preferência, sobretudo, um mundo sem armas, bem diferente do que se propõe. Então, é um Brasil com mais livros e menos armas.

Muito obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Rosilene.

Concedo a palavra agora ao Professor Carlos Lafaiete Formiga Menezes.

SR. CARLOS LAFAIETE FORMIGA MENEZES – Bom dia a todos e a todas. Saúdo aqui a Mesa – o nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras; o Deputado Leandro Grass; o Deputado João Cardoso; a Solange, Subsecretária de Educação; a Rosilene, a quem, em nome do sindicato, o Sinpro-DF, agradeço por ter doado o ônibus para trazer nossos alunos aqui. Também saúdo meus colegas gestores que estão aqui nessa luta com a gente e minha amiga coordenadora Edileusa, que está comigo nessa jornada.

Vou fazer um relato sobre o Novo Ensino Médio, como veio para a gente. Em 2018, iniciaram-se rumores sobre a implementação do Novo Ensino Médio, que iniciaria em 2020 e ocorreria em um processo de escolas-piloto.

O processo aconteceria inicialmente com um grupo pequeno de escolas cujos processos de implementação estariam passando por um processo constante de avaliação e remodelação, para que, em 2022, fosse implantado em toda a rede. Ou seja, as escolas-piloto teriam um papel fundamental nesse processo.

Em 2019, as possíveis escolas-piloto iniciaram suas formações continuadas e orientadas sobre o Novo Ensino Médio. Essa formação foi oferecida pela equipe da DIEM – Diretoria de Ensino Médio, o que fez com que a formação fosse mais direta e objetiva ou, na linguagem popular, as escolas-piloto beberam a água direto da fonte.

As perspectivas, as dúvidas, os medos foram minimizados, sanados ou compartilhados com todos. Quando os questionamentos das escolas eram feitos e a esses não havia resposta com clareza, era dito que não havia resposta naquele momento, a Diem tentava achar possíveis soluções para eles. Documentos eram apresentados, debatidos e levados à consulta pública, com a possibilidade de sugestões para alterações, exclusão ou inclusão de textos. Se necessário, eram alterados, debatidos novamente em uma nova consulta pública. Tanto é que o currículo só foi encaminhado para aprovação do Conselho de Educação do Distrito Federal após a segunda e a terceira versão.

Em fevereiro de 2020, escolas-piloto de regiões administrativas diferentes – Gama, Guará, Recanto das Emas, Sobradinho e Taguatinga – iniciaram o processo de implementação do Novo Ensino Médio com muitas dúvidas e inseguranças, que são características comuns de quando se sai de uma zona de conforto para se enfrentar o novo, o desconhecido.

Para piorar a situação, em março de 2020, praticamente no início do processo de implementação, a OMS – Organização Mundial da Saúde declarou o início da pandemia da Covid-19. Com isso, o mundo se transformou. Mudanças comportamentais foram exigidas, e não seria diferente com o sistema educacional. Assim, com apenas um mês do início do semestre letivo, as atividades pedagógicas foram interrompidas bruscamente e só foram retomadas em junho de 2020, num formato completamente diferente de tudo o que se tinha vivido anteriormente. Fez-se necessário aprender a trocar a roda com o carro em movimento.

Se esse foi um processo doloroso para todo e qualquer professor e estudante, imaginem para quem estava tentando implementar o Novo Ensino Médio.

Acreditando que a mudança era necessária em meio ao caos, foi autorizado que as escolas-piloto realizassem algumas adaptações a esse processo de implementação, desde que não se ferisse a essência dele, que era propor a autonomia do estudante e executar os desejos destes.

No grupo de WhatsApp das escolas-piloto, as dificuldades e as soluções eram compartilhadas entre as escolas. A todo momento, as discussões entre as escolas-piloto e a Diem estavam acontecendo.

A maior aflição se deu por falta de um sistema para efetivação de todos os registros. A fim de se tentar minimizar a situação, entrou-se em consenso de que o menos pior seria a construção de um diário provisório de forma a ter onde efetivar os registros. Esse diário foi construído com o apoio e o suporte de todos os diretamente envolvidos.

Ainda em 2020, a Diem passou às escolas-piloto informações sobre as regras de negócios para que o sistema de escrituração do Novo Ensino Médio fosse desenvolvido, baseado nos documentos e na própria organização do diário provisório. A Diem acreditava que, em 2021, iniciáramos o ano letivo com pelo menos um sistema piloto de escrituração, mas apenas expectativas foram criadas.

Em 2021, mais sete escolas foram inseridas no processo de pilotagem. Agora eram doze escolas compartilhando experiências, dúvidas, angústias e expectativas. Contudo, a falta de um sistema de escrituração e de um guia de avaliação eram os piores abismos, conforme avaliado por todos, pois isso era andar sem bússolas. As escolas apresentavam as lacunas, e a Diem tentava trazer respostas, que nem sempre eram animadoras, mas diálogo e informação não nos faltaram.

Com o retorno das aulas presenciais, em agosto de 2021, as escolas-piloto acreditavam que definitivamente estariam realizando um processo de pilotagem que poderia ser avaliado, entre os pares, para serem sugeridas mudanças a serem levadas às outras cerca de oitenta escolas de ensino médio que não participaram do processo de pilotagem. Porém, isso não aconteceu. E pior ainda: o diálogo direto entre a Diem e as escolas-piloto deixou de existir. Criou-se um silêncio ensurdecedor. Para não dizer que a falta de comunicação foi total, alguns encontros foram realizados nas escolas.

Em dezembro de 2021, as escolas-piloto foram chamadas para serem comunicadas sobre as mudanças sofridas no Novo Ensino Médio. Essas orientações deveriam ser repassadas às demais escolas. Houve muita discussão, nessa reunião, pois essas mudanças não haviam sido sugeridas nem dialogadas com as escolas-piloto. A única justificativa foi um apanhado de observações e apontamentos realizados durante uma visita às escolas-piloto.

Ao observar todas essas mudanças que foram sugeridas, vimos que o Novo Ensino Médio do DF, que era uma proposta vanguardista, tornou-se o que vimos: essas mudanças propostas geraram um retorno ao que já existia antes no DF.

Obrigado a todos e a todas. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Professor Lafaiete.

Nós temos aqui alguns inscritos para falar. Como nós já ouvimos aqui vários professores, até porque os Parlamentares que aqui estão são professores também, vou dar voz inicialmente aos

estudantes. Há três aqui, que falarão conjuntamente. Vou conceder a palavra aos seguintes: Ana Louise Holanda, Giovanna Gabriela e Francisco Alerton.

Vocês vão falar daí ou vão usar a tribuna?

Também falará a Manuela Ávila.

Fiquem à vontade para usar a tribuna ou falar daí mesmo.

Concedo a palavra à Ana Louise Holanda.

SRA. ANA LOUISE HOLANDA – Olá a todos. Como vocês sabem, meu nome é Ana Louise. Sou aluna do 3º ano do ensino médio do CEMI – Centro de Ensino Médio Integrado. Eu fui uma das alunas que iniciou o projeto-piloto do Novo Ensino Médio. Basicamente, estou aqui para falar da minha experiência – que não foi, necessariamente, muito boa. Por quê?

O Novo Ensino Médio tem a proposta de você poder escolher, mas, no meu primeiro ano, devido à dificuldade e aos espaços para as eletivas, eu fui simplesmente encaixada em qualquer eletiva. Lógico, vocês não teriam como saber, mas eu pretendo cursar a área de Bioética, que é a Medicina integrada ao Direito. Logicamente, não tem nada a ver com Canto Coral ou Eletrotécnica, que eram as eletivas nas quais eu fui encaixada. Então, essa proposta de o aluno escolher não foi o que efetivamente aconteceu.

Senhoras e senhores, vocês estão aqui não somente para rever essas propostas que foram instauradas, mas também estão falando da minha vida. Eu estou agora no terceiro ano e, apesar de a gente ter que fazer o novo ENEM, o de 2024, apenas em 2024, ainda continua esta reflexão: será que os alunos realmente estão conseguindo escolher o que eles querem, ou algo está sendo imposto a eles?

Às vezes, como a senhora havia nos informado, a gente tem as trilhas de acordo com as áreas de conhecimento e de acordo com as disciplinas que a gente quer cursar na faculdade. Logicamente, às vezes, isso não condiz com o que o estudante quer. Então, significa que minha grade curricular está totalmente deturpada em relação ao que eu quero.

Eu acho superinteressante a gente rever essa questão dos vestibulares, quem são os estudantes que estão sendo negligenciados. Às vezes, suas decisões não estão sendo levadas a sério. Fora o fato de que as escolas não têm estrutura para o Novo Ensino Médio. A minha escola é ótima, mas quantas escolas... Eu não fui lá... Antes de ser estudante, eu também me posiciono politicamente. Eu sou ativista climática, membro da Academia de Liderança da América Latina – LALA e já realizei vários cursos de extensão no exterior. Mas a minha escola é ótima.

Durante um dos meus trabalhos com o “Cada voto conta”, uma campanha de incentivo para se tirar o título de eleitor, eu fui a várias escolas do Distrito Federal onde estava instalado o Novo Ensino Médio, e nem todas eram iguais à minha escola. Presenciei várias situações em que nem sempre os professores estavam em consenso com os alunos. Às vezes, criavam disciplinas em que ninguém tinha interesse.

Eu sinto que falta comunicação, falta uma delimitação na quantidade de alunos, quantos alunos têm interesse naquela matéria. Por exemplo, será que os alunos que querem Biologia vão conseguir ter Biologia? Ou qualquer outra coisa que não queiram lhes será imposta? Eu acho que temos de perceber que faltam recursos, falta uma estruturação.

Eu estou aqui disposta a levá-los a essa reflexão.

Obrigada a todos. (Palmas.)

SRA. GIOVANNA GABRIELA – Boa tarde, eu sou a Giovanna, aluna do 3º ano do Cemi.

Eu queria ressaltar que, apesar de haver certas vantagens no olhar do governo para o Novo Ensino Médio, nós tivemos – principalmente alunos que implementaram o novo sistema – muitas dificuldades porque, além de termos de lidar com as propostas feitas pelo Novo Ensino Médio, ainda tivemos de lidar com isso de forma *on-line*. Nem nós nem os professores tinham formação para isso. Não conseguíamos conciliar as duas coisas. O meu primeiro e o meu segundo anos foram horríveis! Eu sempre fui uma pessoa muito dedicada, mas o meu primeiro e o meu segundo anos foram desafios que eu, realmente, pensei que... Eu acho que eu só não reprovei porque existia uma lei pela qual não se podia reprovar. Foram muitas e muitas as dificuldades.

Vale lembrar que a nossa escola é uma escola-modelo, tem muitos recursos e meios de resolver os problemas. Nunca houve um debate entre alunos e professores. Apesar disso, a gente teve que lidar com várias coisas. A nossa escola não conseguiu lidar com as demandas dos alunos.

Nas eletivas, por exemplo, eu queria Biologia porque é o que eu quero cursar na faculdade. Vai ser muito útil. Não necessariamente é o curso que eu quero fazer, mas vai ser bem útil. E eu não consegui Biologia. Foi feito um sorteio, e eu fui simplesmente encaixada na eletiva de Química, com a qual eu não me identificava. Hoje, no terceiro ano, faço Linguagens, o que não tem nada a ver. Tivemos que enfrentar isso e tivemos que enfrentar os professores que não sabiam lidar com isso também.

O nosso sistema de notas mudou completamente. No meu primeiro ano, a gente era avaliada por menções. Neste ano, voltaram as notas. O governo propôs as notas de novo. Os professores não estão sabendo lidar com isso. Tem professor que está deixando os nossos bimestres ou semestres zerados. Isso vai prejudicar a gente no futuro. Nós não temos como lidar com isso. A gente não sabe como fazer isso. Nós do terceiro ano estamos muito prejudicados porque não temos dependência, não temos um norte de como agir. A gente simplesmente está perdida. O nosso sistema de notas nos três anos foi totalmente diferente. O meu primeiro, o segundo e o terceiro anos tiveram sistemas de notas muito diferentes. A gente não tem como resolver tal coisa no último ano.

Eu acho importante ressaltar que as eletivas não foram como o desejado. Como a Ana Louise falou, a gente não tem como escolher, porque não existe flexibilidade. Não é como está na pauta, certinho, que diz que a gente vai escolher ou não. (Palmas.)

SR. FRANCISCO ALERTON – Primeiramente, boa tarde a todos que compõem a Mesa. Eu gostaria de fazer total coro às palavras da Sra. Presidente do Sindicato dos Professores, a Rosilene.

Eu gostaria de deixar uma reflexão: afinal de contas, o Novo Ensino Médio é uma proposta de progresso ou de sucateamento do sistema educacional? Nós vivemos uma realidade em que isso tem gerado grande debate. Acredito que eu e as meninas, como estudantes, temos bastante propriedade para falar sobre isso. Tivemos uma realidade muito diferente do que o que está na lei. Infelizmente, o nosso País é marcado pela desigualdade.

O Cemi é um colégio que é uma exceção. Tive oportunidade de estar junto com o Lafaiete, participando de algumas reuniões. Participei de reuniões também com representantes da Secretaria de Educação de Porto Seguro e de outras escolas. Dei entrevistas para o pessoal de Curitiba, para trocarmos experiências acerca do Novo Ensino Médio e construirmos algo juntos.

No Cemi, nós temos uma experiência, senhores. E nas outras comunidades? Como fica a implantação do Novo Ensino Médio nas comunidades periféricas e nas escolas que não têm os recursos a que o Cemi, que é um colégio técnico, tem acesso? Como fica a implantação do Novo Ensino Médio nas comunidades rurais e nas comunidades indígenas? A reflexão é: o Novo Ensino Médio, já que veio para ser progressista, tem que ser inclusivo, tem que incluir toda a comunidade.

Infelizmente, eu, como cidadão, estudante e ativista político neste País, não tenho enxergado essa inclusão. Então, indago acerca desse debate.

Além disso, eu também gostaria de ressaltar o que as meninas comentaram acerca da falta de comunicação porque, recentemente, por exemplo, nós tivemos uma alteração no modelo de avaliação, que outrora era semestral e agora é bimestral. Essas informações chegaram à nossa escola de maneira muito recente e muito precoce. Não houve tempo suficiente e hábil para que pudéssemos processar e trabalhar isso. Isso não é culpa do professor. Isso não é culpa da gestão do colégio. Isso é culpa do governo, do Estado!

E nós, como estudantes, estamos aqui para reivindicar os nossos direitos. Uma reforma do ensino médio que venha agregar no processo educacional é, sim, muito bem-vista. Mas esse progresso – que, de fato, é um progresso – tem que ser integral! Ele não tem que retirar.

Além disso, eu gostaria de fazer um último comentário acerca da carga horária. Muitas disciplinas, com destaque para as disciplinas de humanas, por exemplo, tiveram a carga horária afetada. Existe o discurso de que é possível reverter isso, a partir das eletivas e das trilhas de aprendizagem. Mas, a partir do momento em que você sugere que o estudante tenha a oportunidade de escolher ou não, isso fica vago.

Então, senhores, a nossa reflexão é: esse modelo veio para progredir de fato ou para entregar a juventude brasileira ao empresariado?

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado, meninos. Podem ficar à vontade.

Desde o início, a gente dizia: de fato, os estudantes têm opção. Eles querem laranja, mas ofertam pequi e jiló. Então, é esse o modelo de opção, é esse o modelo de escolha. Desde o início, a gente vem falando dessa falha. Toda vez que se propõe um novo projeto educacional, fala-se em investimentos futuros. Ninguém prepara o investimento antecipadamente.

Ao meu lado está o Lafaiete, que acabou de falar: “Se não fossem as emendas parlamentares que são colocadas na escola, não teríamos condições de abrigar”. Há sete anos tentamos cobrir a quadra poliesportiva do Cemi. Nem é uma quadra, é um pátio, quase; ela não tem dimensões oficiais. Quando já estávamos com o recurso para cobrir tanto a quadra do Cemi quanto a do CEM 2 e a do CEM 3, no Gama, disseram-nos que não era para executar a emenda porque o Governo Federal iria executar. Falei: “Eu conheço essa história. Executem-na, façam-na e, depois, a gente destina o dinheiro do MEC – Ministério da Educação e Cultura para outro canto.” Não seguiram o conselho, não a executaram. Não fizeram nem essa daqui e muito menos a do Governo Federal. Em geral, não chegou recurso nenhum.

É aquela história: aqui no Brasil – esse é um erro do Brasil desde 1500 –, a gente não planeja a administração pública. A pessoa tem uma ideia, acha que aquilo é um projeto e começa a executar a ideia sem qualquer planejamento, sem qualquer projeto pronto. Isso é uma marca da administração pública no Brasil desde 1500. Esse modelo, pelo jeito, está se perpetuando.

Concedo a palavra, neste momento, à Professora Rosilene Silva Nóbrega, Diretora do CEM 3 do Gama.

SRA. ROSILENE SILVA NÓBREGA – Boa tarde.

Vou começar minha fala pegando a fala dos alunos. Eles não são meus alunos, mas retrataram muito bem a agonia que estão vivendo.

Sobre as eletivas, como os meninos colocaram – a questão da escolha, para ficar bem claro –, a proposta do Novo Ensino Médio permite que o aluno construa sua grade dentro das eletivas. Ótimo! E o sistema para essa escolha? Não chegou a nós. Nenhuma escola tinha sistema. Então, imaginem, senhores, 1.200 alunos, como é o caso da minha escola, fazendo escolhas. Nós aqui tínhamos uma mesma turma, mas cada um tem escolhas diferentes. Como é que a escola vai proporcionar a escolha? Por isso que, para os alunos, no primeiro momento, houve sorteio. Foi tirada deles a opção de escolha, porque a escola não teve sistema. A escola até hoje não tem sistema.

Nós tivemos o Cemi, em 2021, e construímos um sistema. Nós do CEM 3 compartilhamos o sistema com eles. Este ano, o meu coordenador construiu um sistema, que nós também compartilhamos com outras escolas, porque a Secretaria de Educação não disponibilizou um. Como é que eu vou propiciar ao aluno essa escolha, que é direito dele – proposto –, se a escola não tem essa condição? Nós não temos dinheiro para isso. Não existe um sistema para isso.

Então, só complementando a fala dos meninos: foi tirado esse direito deles, porque a escola não tem o sistema.

Como o Lafaiete colocou no início, o CEM 3 entrou no segundo ano da pilotagem; hoje, nós estamos com a pilotagem do primeiro e segundos anos. Digo a todos que nós corremos atrás, o CEM 3 correu atrás.

O Lafaiete lembra que até houve uma briga. Eu entrei nessa briga. Enquanto todos estavam com medo do novo, o CEM 3 correu atrás. Eu e minha vice-diretora brigamos para participar da pilotagem, porque eu precisava trazer algo novo para os meus alunos.

Setenta por cento dos meus alunos são do Entorno sul de Brasília. A questão da evasão escolar é muito alta. Eu precisava trazer algo novo para eles. Quando eu li a proposta do Novo Ensino Médio, falei: “Está aí, eles vão ter algo novo, que é a escolha”. Isso irá segurar esses alunos.

O diálogo com a Diem, desde o início, foi muito bom. Eu tenho 25 anos de magistério e, pela primeira vez, vi que a gente estava, realmente, com a esfera central trabalhando ao nosso lado.

Como o Lafaiete colocou, tudo era discutido em conjunto. Em todas as dificuldades, as escolas se apoiavam. A Diem, o tempo todo, dava respostas para a gente. O que eu entendo por pilotagem é que nós estávamos testando uma situação e tínhamos que dar resposta em relação ao que estava bom e ao que precisava melhorar.

Só que isso foi tirado agora no final. Esta audiência pública é para isso... Tudo o que foi colocado no sistema de avaliação, como os meninos disseram, chegou para a gente quinze dias antes do término do primeiro bimestre. Estávamos na semestralidade. Quinze dias depois: "Agora vocês vão para o bimestral". "Como assim, começamos o ano?"

Então, não há como continuarmos um projeto – no qual acreditamos, eu digo que acredito nesse projeto –, se o diálogo não permanecer, se as discussões não continuarem da forma que deveria ser: escutando-nos e trazendo-nos um planejamento antes.

Da forma que está, não dá. Nós precisamos que esse diálogo seja reaberto, nós precisamos que as coisas cheguem no momento certo e não na correria. Não há como eu dar resposta à minha comunidade escolar se eu não tenho essa resposta. Eu não tenho como!

Hoje nós fazemos a escrituração do diário dos estudantes manualmente. É sobre-humano para a secretaria escolar fazer isso. Então, hoje, nós não temos condições de trabalhar, porque a Secretaria de Educação não forneceu...

Há várias situações aqui, mas acho que vão ser completadas pelos colegas.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, professora.

Concedo a palavra ao Professor José Gadelha.

SR. JOSÉ GADELHA – Quero cumprimentar a todos na pessoa dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Leandro Grass. Cumprimento a Sra. Rosilene, o Sr. Lafaiete e a nossa subsecretária.

Na condição de diretor do CEM 9 de Ceilândia e de Secretário da Associação de ex-Diretores de Escolas Públicas, nós estivemos, no ano passado e no início deste ano, com a Secretária Hélvia e fizemos o alerta dessas coisas atabalhoadas. Em 36 anos de educação, eu nunca vi uma coisa ser implementada de forma atabalhoada, para minha tristeza.

Nós estávamos caminhando muito bem com a semestralidade. Precisávamos avançar, e aí nos jogam um projeto que me fez lembrar o Darcy Ribeiro. É um projeto intencional de desmonte e esvaziamento da escola pública, sob pretexto de que a gente tem que cumprir políticas públicas com que intenção? Políticas neoliberais, como a Rosilene mesmo destacou e como os próprios alunos estão sentindo no CEM 9 e aqui.

Ora, gente, a BNCC é algo bonito para mudança da cabeça do professor. Agora, de fato, o Novo Ensino Médio, implementado com medida provisória e consulta pública? Consulta pública, minha querida secretária, não é audiência. Audiência é isto aqui, em que a gente pode debater, pode ouvir as pessoas.

O problema da educação no Brasil é que se vive de proclamas – que alguém vai resolver, que vão mandar o sistema, que vão fazer investimento, que vão cobrir uma quadra, que vão fazer aquilo – e tira-se até a possibilidade do Parlamentar que aqui, de fato, quer fazer e não pode.

Então, o que ocorre? Isso tem que ser revertido com o novo governo imediatamente, porque está trazendo prejuízo seriíssimo para a educação do Distrito Federal.

Outra coisa: durante a pandemia não se implanta nada. Não existe nada que possa dar resultado com pandemia. Ensino *on-line* é uma balela, é uma mentira. O aluno só pode escolher itinerário formativo se ele tiver a possibilidade de fazer. Para mim, itinerário formativo é o aluno um momento na escola e o outro momento na escola técnica ou em uma escola em que ele possa desenvolver um ensino médio tecnológico. O restante, para mim – os alunos já colocaram, todo mundo já colocou – é algo incompatível, inconcebível. E é um desmonte da escola pública.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Gadelha.

Concedo a palavra agora à Professora Mariana Almada.

Agradeço a presença do Deputado Agaciel Maia conosco.

SRA. MARIANA ALMADA – Boa tarde a todos, a todas, a todes, à Mesa, a vocês estudantes que estão nesse processo de ensino-aprendizagem, nessa dificuldade toda que estamos vendo.

Enquanto eu estava responsável pelo pedagógico de Santa Maria, eu vi a Diem se movimentando. Vi, também, como teoria, muito bacana, muito pertinente e sonhei junto. Sonhei. Sonhei, porque vi a possibilidade de mudança. Como a Rosilene, Diretora do CEM 3 do Gama acabou de falar, comecei a acreditar, sim. Comecei a acreditar. Até então, vi que seria possível e fui acompanhando as escolas, sim.

Ninguém em Santa Maria queria ser escola-modelo. Eu gostaria de ter acompanhado esse período. Vi também que, na construção teórica, abrangiam-se os aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais; e vi que, realmente, era muito bom.

Projeto de Vida, sempre acreditei nele. Estou fazendo 25 anos de Secretaria de Educação. Trabalhei com os pilares do Projeto de Vida e sempre acreditei nisso. Quando trabalhei com a socioeducação, também estava falando de projeto de vida. O fato é que a educação em tempo integral, a educação integral, começou muito bonita na proposta também. Hoje a gente vê como está a educação integral.

A semestralidade também. Sonhamos juntos com a semestralidade. Os professores começaram a se acostumar, e começou a ficar bom. Só que existiam alguns elementos ainda importantes para serem trabalhados. Talvez, a semestralidade fosse aprender com os anos iniciais, no BIA – Bloco Inicial de Alfabetização, no 2º ciclo, depois nas turmas de 3º ciclo. Na teoria, também, muito pertinente a questão do respeito ao desenvolvimento do ser humano, sobretudo dos jovens. E aí falta a escrituração, falta o acompanhamento. Nós sonhamos com um coordenador para o 3º ciclo que acompanhasse todo o processo, como nós tínhamos também no 2º ciclo e perdemos com o tempo.

Essa discussão, sem ouvir a juventude – aquelas pessoas que estão ali em cima –, sem ouvir a base, fica muito mais difícil. Aí, o estudante vai decidir todas as suas aptidões, como o Francisco e outros jovens falaram, sem ter a oportunidade de escolha, porque não tínhamos o trabalho e as opções dentro da escola.

Então, eu gostaria de colocar a importância desse acompanhamento, a importância do respeito ao professor e da sua valorização, porque não é fácil.

Aprendemos a usar sala de aula com o Classroom, na época da pandemia, em uma semana. Foi tudo muito difícil. Os professores têm reclamado muito disso, o que adoce o professor e a professora.

Quero finalizar parabenizando aqui os gestores e as gestoras, porque estão fazendo acontecer dentro da escola, mesmo com todas essas dificuldades.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Mariana.

Concedo a palavra ao Professor Garibel.

SR. GARIBEL – Boa tarde a todos e todas.

Eu quero iniciar cumprimentando o Deputado Prof. Reginaldo Veras, bem como o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Leandro Grass, a subsecretária e, em especial, a minha representante do movimento sindical, companheira Rosilene, professora combativa que está muito bem representando a nossa categoria. Cumprimento os estudantes e demais professores e professoras.

Rapidamente, farei uma consideração.

Quero dizer que sou professor de sala de aula, da base, portanto, tenho autoridade para falar de algumas questões que aqui foram colocadas.

Inicialmente, eu acho que a gente deve, Deputado Prof. Reginaldo Veras, fazer uma leitura do contexto em que houve a implementação da medida provisória que tratou dessa reforma, no Congresso Nacional. Foi em um contexto de golpe, ou seja, foi em uma crise criada. Como disse o ex-Ministro do Meio Ambiente recentemente: "Vamos aproveitar a pandemia e vamos passar a boiada". O Novo Ensino Médio é um desses termos dessa boiada. Foi aprovado, também, em um contexto da Emenda Constitucional nº 95, Rosilene, que reduziu cursos na área de educação. Esse foi o contexto em que foi aprovado esse Novo Ensino Médio.

E, para se somar às dificuldades, nós tivemos a pandemia, que fugiu ao nosso controle, mas foi fato. Nesses dois anos de pandemia, e entrando nesse terceiro ano, eu estive em sala. Em momento algum – quero dizer com todo carinho, com todo respeito, com toda fraternidade e solidariedade do mundo, subsecretária –, foram debatidas as eletivas nas escolas em que eu dou aula: CED 1 do Itapoã, escola militarizada, e CED Darcy Ribeiro, no Paranoá, Quadra 31. Portanto, nós não participamos do debate das eletivas. Pode ser que esse debate tenha sido feito teoricamente, mas, na prática, a teoria é outra. Eu quero aqui fazer, carinhosamente, essa crítica de que esse debate das eletivas não aconteceu.

Meu filho faz ensino médio no Setor Oeste e não teve a oportunidade de escolher as eletivas. Tem um projeto de estudar, no ano que vem, Ciências da Natureza, porque o projeto dele é na área de saúde; mas, nas eletivas que passaram para ele, ele não teve opção, parece-me que foi pingue-pongue.

Essa é a realidade desse Novo Ensino Médio.

Outro ponto, para concluir, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Existe uma falácia aí, e eu não sei se esse dado é verdadeiro do ponto de vista propedêutico, acadêmico. Fala-se que aumentou o número de horas-aulas de 2.400 para 3.000. Só que, na verdade, quando você pega a Formação Geral Básica, você tem uma redução de 600 horas: de 2.400 para 1.800, porque faz-se o debate de que uma matéria tem prioridade em relação à outra. Ou seja, eu sou professor de Química; não significa que a disciplina de Sociologia ou de Filosofia não tenham o mesmo valor, não tenham a mesma grandeza do ponto de vista acadêmico e pedagógico.

Portanto, quero concluir, agradecer e parabenizar, em nome do Deputado Prof. Reginaldo Veras, a organização desse evento.

E mais ainda, para concluir, existe um fracionamento social do noturno com o diurno, ou seja, você não tem condições de igualdade nem para esse debate.

É isso o que eu queria dizer aqui. Acho que agora resta para a gente da classe trabalhadora e para os estudantes, Rosilene, lutar para que essa lei seja revogada. É por isso que a gente tem esperança de ter um País melhor no ano que vem, e começando agora neste debate aqui, nesta comissão geral.

Eu parabenizo todos os estudantes e esta Casa pela realização deste debate tão importante.

Gente, muito obrigado. Fiquem com Deus. Estamos juntos nessa luta. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Garibel.

Quero registrar aqui a presença dos ex-Deputados Wasny de Roure e Peniel Pacheco. Sejam muito bem-vindos.

Neste momento, concedo a palavra ao Professor Marcos Antônio de Sousa.

SR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA – Gente, boa tarde. Em nome das autoridades, as maiores nesse assunto, principalmente, que são os nossos alunos, cumprimento a todos.

Fiquei muito feliz em ouvir os estudantes falando com tanto conhecimento. A gente percebe o envolvimento desses estudantes. É isso o que realmente vai fazer a grande mudança de que a gente precisa.

Falar sobre o Novo Ensino Médio fica até difícil depois de tantas pessoas, a gente acaba sendo repetitivo com tantas dificuldades. Eu queria ir um pouquinho além.

Eu trabalho na Secretaria de Educação há 27 anos. Quem me conhece sabe que me dedico muito a essa secretaria. Eu acredito na Secretaria de Educação. Acredito na educação pública. Tenho

certeza de que nós fazemos um trabalho dentro da escola, às vezes, muito melhor do que essa própria secretaria nos permite. E a gente sabe das dificuldades que a secretaria também tem, mas a gente precisa ter alguns cuidados.

Eu tinha um pedido à Secretaria de Educação. Nós temos que parar... Pego um grupo de alunos e falo: "Nós vamos fazer hoje um passeio, uma atividade em uma mata". Então, eu penso em entrar ali na FLONA – Floresta Nacional, que já tem as trilhas abertas; a gente vai fazer esse caminho e os alunos vão conhecer os espaços, a gente pode dar uma aula naquele espaço. E o que a gente vem vendo na Secretaria de Educação nesses 27 anos, infelizmente, é que a gente leva os alunos, mas eles têm que ir cada um com um facão para abrir uma trilha, porque essa trilha não existe. A gente tem que abri-la na marra para que os próximos possam vir e passar por ela com tranquilidade.

Isso é uma coisa muito grave e muito difícil, principalmente para quem é gestor. Passei oito anos como gestor e mais seis anos como Coordenador Regional de Ensino de Ceilândia. A gente sabe das dificuldades que enfrenta tentando ajudar sempre a secretaria a funcionar.

Todas as vezes que se implanta um projeto, que se implanta algo na Secretaria de Educação, a gente não recebe a estrutura com antecedência. Como eu vou ensinar um aluno a pilotar um carro de Fórmula 1 se a escola não tem ainda nem o *kart* para ele aprender a dirigir um pouquinho primeiro? Depois, vão chegando as coisas.

Uma das poucas vezes em que vi chegar uma estrutura, embora não concordasse muito com o projeto, foi no Governo Arruda, quando se implantou o Projeto Veredas, se não me engano. Era um projeto de aceleração, de correção de fluxo. O projeto chegou, e mandaram montá-lo de um dia para o outro. Isso para a gente foi um susto. Tivemos que montar, mas, por outro lado, na outra semana chegou o DVD e a televisão para todas as turmas. Chegaram os DVDs com as aulas. Você recebeu o material, os livros específicos para o projeto. E todos os professores foram fazer curso para poder trabalhar dentro do projeto.

Se implantarmos qualquer coisa dentro da secretaria sem trazer essa preparação antes, seja o Novo Ensino Médio, seja qualquer outra ideia, nós vamos estar sempre tentando abrir novas trilhas. Nós vamos abri-las, porque somos muito guerreiros e não vamos desistir, mas precisamos mudar essa realidade.

Nós temos uma secretaria que pode... As avaliações, desde quando eu era estudante, apontavam Brasília com a melhor educação: 0,1, 0,2, em relação a outros estados. A gente tem que estar disparada. Nós temos os melhores professores. Nós temos os melhores alunos. Temos hoje escolas, graças às emendas parlamentares, preparadas, com estrutura boa; mas não são escolas preparadas, por exemplo, para o Novo Ensino Médio. Você não tem os espaços adequados, embora tenhamos dois anos de pandemia. Na pandemia, tínhamos que ter parado tudo o que estávamos fazendo: "Vamos resolver um problema que é sério, que é a nossa vida; depois, continuamos a discussão e continuamos a implantação".

Não temos sistemas na secretaria. Há muito tempo nós precisamos desses sistemas e não temos. A legislação acaba sendo... Você segue todos os passos muitas vezes, mas não é dada a estrutura necessária junto com isso. A educação precisa trabalhar em conjunto para que as coisas funcionem.

Obrigado, gente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Professor Marcos.

Concedo a palavra agora ao meu amigo Marcones Felipe Gonçalves.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Antes, só quero fazer uma saudação aqui aos estudantes e professores do Setor Oeste. Bem-vindos. Daqui a pouco também uma estudante da escola vai poder fazer uso da palavra.

SR. MARCONES FELIPE GONÇALVES – Boa tarde a todos, à Mesa, a todos os alunos que estão aqui, aos estudantes, aos colegas de trabalho.

Em relação ao Novo Ensino Médio, concordo com o que o Professor Gadelha falou – inclusive, ele foi meu professor –, Professora Rosilene, a gente está num momento de discussão que

realmente é muito difícil para nós professores e para os alunos também, porque é um momento muito angustiante. Por quê?

Eu até concordo que realmente o Novo Ensino Médio precisava mudar, mas agora não era o momento. Como bem disse o Professor Gadelha, não se faz nenhuma mudança em época de pandemia. Como vou trabalhar as trilhas, como vou trabalhar protagonismo com os meus alunos, se estou recebendo alunos com crise de ansiedade, com problema em casa porque os pais ficaram desempregados, porque houve violência dentro de casa, porque houve dois anos de pandemia em que os alunos não tiveram estudo adequado? Não tem como eu trabalhar, propor nada novo, se tenho vários problemas para resolver dentro da escola com os meus alunos.

Eu sou professor de Geografia e tenho alunos que não sabem nem o mapa do Brasil, porque vieram do ensino fundamental – dito ciclos –, com séries – esqueci quais – em que eles não precisam de nota, eles não precisam ficar retidos. Então, é um problema de defasagem de conteúdo muito grande.

Eu sou professor conteudista, mas preciso falar que o meu aluno também precisa de coisas novas. Meus alunos de ensino médio mal sabem escrever a palavra Greenwich. Então, tenho um problema estrutural muito grande. Não tem como promover nada novo se tenho problemas estruturais que não foram resolvidos.

A gente estava na semestralidade em 2019. Em 2019, eu tinha o dobro das aulas que eu tinha agora. Agora tenho uma aula dupla por turma; em 2019 – eu falo 2019 porque foi o último ano em que a gente teve o ano letivo completo –, eu tinha duas aulas duplas em cada turma, além de menos turmas. Então, eu fazia projetos maravilhosos.

Eu e os meus colegas fazíamos projetos maravilhosos na escola, como, por exemplo, feira cultural, feira dos estados, projeto da água, o interclasse. Esses projetos foram por água abaixo, por quê? Porque a gente recebeu mais turmas e, como bem disse a Professora Rosilene, a gente teve uma defasagem muito grande, a gente teve perda de conteúdo, de horas. Deixem-me só dar uma acelerada aqui porque eu tenho muita coisa para falar.

A angústia dos alunos é a angústia dos meus alunos também. Conversei com eles sobre o Novo Ensino Médio, e ninguém está conseguindo entender. Estão dizendo que está uma porcaria.

Quando eu dava aula em 2019, com a semestralidade, eu planejava aulas. Havia seminários e os alunos se engajavam em vários projetos que havia na escola. Isso é bom porque desenvolve a parte social.

Com o Novo Ensino Médio, houve redução de conteúdo. Na minha opinião, ele não é um novo ensino médio, não é uma coisa nova, não é uma coisa que vai realmente se estruturar. Desculpem a minha palavra, mas, para mim, é uma gambiarra, porque tiraram conteúdo e horas-aulas.

A FGB – Formação Geral Básica, por exemplo, está sendo muito prejudicada. Os livros didáticos não estão sendo utilizados por 90% dos professores porque eles não têm nada. Eu tenho quatro matérias: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Como eu vou aprofundar um assunto se só existe o superficial do superficial no livro didático?

O livro didático – e olha que a gente escolheu o menos pior – é um livro didático que não nos serve. Tanto que eu estou usando o livro anterior, o livro de 2019. Existem muitas reclamações.

Sobre as eletivas, como os alunos falaram, muitos alunos têm a mesma queixa de que eles não escolheram, de que a eles foi imposto entrar naquela eletiva, que não tem nada a ver com o que eles queriam.

Então, eu concordo com a Professora Rosilene, a gente tem que revogar esse Novo Ensino Médio e rediscutir um novo ensino não só para o Distrito Federal, mas para o Brasil.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Marcones.

Concedo a palavra agora para a estudante Manuela Ávila. (Palmas.)

SRA. MANUELA ÁVILA – Boa tarde a todas e todos.

Primeiramente, eu queria falar como cheguei aqui. Sou do CEMSO – Centro de Ensino Médio do Setor Oeste. Eu sou estudante do 1º ano.

Eu vim aqui para um passeio, uma excursão da escola, e me senti muito interessada por política. Eu sempre fui muito interessada em política e adoro isso, mas eu estou vendo...

Estou um pouco nervosa. Perdoem-me, mas é a primeira vez que eu estou aqui em frente a todo mundo.

Muitos alunos estão tendo a mesma reclamação. O Novo Ensino Médio não foi preparado, não foi uma coisa com que todos concordaram.

Muitas pessoas, muitos alunos estão despreparados para isso. Nós fomos preparados apenas para entender a matéria, decorar a matéria, e não entender o nosso ponto de vista, não saber o que a gente quer. A gente quer paz e liberdade. Queremos liberdade individual e não estamos tendo isso. Não existe isso na escola. Não existe isso. Basicamente está sendo imposto para a gente um regime totalmente autoritário que a gente tem que só suportar.

Eu acho que o Novo Ensino Médio foi uma coisa súper de supetão. Perdoem-me o vocabulário; mas, depois da pandemia, houve uma ligeira e drástica mudança. Eu, por exemplo, sofri muito na pandemia. Agora estou sofrendo muito mais neste Novo Ensino Médio. Por quê? Do nada a gente tem que escolher nosso futuro. Eu sei o meu futuro. Eu sei o que eu quero fazer. Por exemplo, aqui é um lugar em que eu me encaixei totalmente. Eu gosto muito de me pronunciar.

Muito obrigada a todos por terem me dado esta chance de olhar para este... Eu acho isso incrível. E, mesmo não podendo fazer isto agora, aos 15 anos, eu quero estar aqui a minha vida inteira, externando o meu pensamento, falando o que eu quero, o que eu quero ser.

Os alunos precisam ser reconhecidos. Precisamos ser reconhecidos. Precisamos ser reconhecidos: é o que nós queremos. A gente tem que ser ouvida. Nós precisamos, basicamente, de ter a nossa opinião em jogo. Não apenas aceitar o que nos é imposto pela sociedade, que só quer que nós viremos máquinas de trabalho. Não é. Não é isso. Não é isso.

Nós temos tanta coisa para trilhar, e isso não é desenvolvido nas escolas. Nós precisamos de liberdade e precisamos fazer crescer nosso ponto de vista.

Eu acho que não foi a melhor hora para se impor o Novo Ensino Médio. Eu acho que seria uma boa adaptar o ensino fundamental inteiro a como responder ao ensino médio e corresponder à faculdade, que é o que tanto esperamos.

Eu sou Manoela Ávila e acabei por aqui.

Esse é meu ponto de vista, e espero que vocês o aceitem um pouco. Não sei.

Obrigada, gente, por me dar esse privilégio. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Guilherme, Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Médio 1 de Sobradinho.

SR. GUILHERME – Boa tarde, pessoal; boa tarde aos Deputados, aos componentes da Mesa, aos nossos colegas todos da Secretaria de Educação, especialmente, aos alunos.

Estamos saindo de uma fala importantíssima de uma aluna, tal qual foram as falas dos outros alunos que estão sentados aqui embaixo. Foram essas falas que começaram a ditar efetivamente o debate que estamos tendo e precisamos continuar a ter.

Da mesma forma que eu exalto as falas dos alunos e a presença dos alunos que estão sentados ali em cima, eu, como servidor há doze anos da Secretaria de Educação e tendo sido aluno de escola pública, lamento muito que a Secretária Hélvia não esteja aqui, que o Subsecretário Isaías não esteja aqui, que os outros subsecretários da *SUAG* – Subsecretaria de Administração Geral e da *SUPLAV* – Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação não estejam aqui, porque, como servidor público, estamos trabalhando para esses estudantes, para essa galera que estamos tentando ajudar a formar. Então, realmente, lamento muito isso.

Tendo participado de gestão centralizada há cinco anos e meio e, mais recentemente, do Centro de Ensino Médio 1 de Sobradinho, onde o Deputado Leandro Grass esteve semana passada,

eu vou tentar trazer um pouco da visão da secretaria.

Vários professores e diretores falaram aqui, e é importante salientar – falo por mim e acho que por alguns dos nossos colegas também – que estamos sofrendo muito. A gente não tem direcionamento. A gente não tem um sistema entregue.

Subsecretária, complementando a informação que a senhora passou, nós secretários ainda estamos passando por formação. A formação do novo sistema do EducaDF Digital não chegou aos professores ainda. Pelo que temos de informação, não existe uma previsão para que essa formação chegue aos professores, e nós, como secretários escolares, ainda estamos passando por isso, simplesmente, num módulo que está sendo entregue somente para o Novo Ensino Médio.

A ideia, pelo menos é o que temos escutado, é que o novo sistema abarque todo o sistema e substitua o sistema i-Educar, que já conhecemos há algum tempo. Isso está sendo implementado paulatinamente, mas, por enquanto, não temos isso disponibilizado. Pode-se chegar a uma situação, por exemplo, em que, daqui a poucos meses, eu e o Professor Pedro Calebe, que está acompanhando o Novo Ensino Médio desde 2018, tenhamos isso na escola. Poderemos ter, em poucas semanas, a entrega do novo sistema para o primeiro ano, um sistema, entre aspas, paralelo, desenvolvido por ele e pelo nosso diretor para o segundo ano, e o i-Educar para o terceiro ano.

Então, na prática, é praticamente impossível a gente ter todos esses sistemas, todas essas eletivas, todas essas matérias, todas essas disciplinas e conseguir adequar tudo: professores, alunos – tudo o que a gente precisa trabalhar.

Quero deixar exposta a nossa dificuldade como servidores da carreira, como secretários escolares; a dificuldade, que outros colegas já expuseram, das equipes gestoras. Ainda falta muita coisa. Infelizmente ainda falta muita coisa.

A gente gostaria – falo como escola – que houvesse um pouco mais de conversa entre a parte de gestão central da secretaria e as escolas. E olha que temos certa facilidade – não é, Calebe? – com outras escolas, com outros diretores, com representantes da Diem, que têm nos ajudado há bastante tempo também. É só para deixar isso pontuado.

A gente vem tendo algumas dificuldades – o Calebe vai falar daqui a pouco e vai deixar isso mais explícito ainda –, realmente está bem difícil para a gente trabalhar. Na parte de escrituração escolar, na parte de sistemas e na parte de poder prover o nosso público – que são os alunos, os pais e, internamente, os professores –, estamos tendo bastante dificuldade. Era só para poder deixar isso aqui pontuado. O Calebe já vai complementar.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Já que o Calebe vai complementar, com a palavra o Professor Pedro Calebe Moitinho Peixoto.

SR. PEDRO CALEBE MOITINHO PEIXOTO – Boa tarde a todos.

Chamo-me Pedro Calebe, mas normalmente as pessoas me chamam de Calebe, porque existe outro Calebe, então é comum me chamarem de Calebe. Tudo bem? Prazer, sou o Calebe.

Boa tarde aos colegas professores da Mesa – uma Mesa formada somente por professores, maravilhosa. Boa tarde também a todos que estão aqui nos acompanhando, aos alunos e a todos os nossos outros colegas.

Eu gostaria de começar falando a respeito da implementação do Novo Ensino Médio. Como o Guilherme disse, eu participo dessa discussão ativamente aqui no DF desde 2018, mas essa discussão do Novo Ensino Médio vem mais de trás.

Então, eu acredito que – desculpem-me os colegas, vou discordar de vocês – a gente poderia, sim, ter implementado esse Novo Ensino Médio. O problema é – como o Deputado Prof. Reginaldo Veras falou – que não há planejamento para política pública, não houve um planejamento.

Vejam, desde 2018, na verdade antes disso, já havia a possibilidade de haver o Novo Ensino Médio, e não houve uma iniciativa, um trabalho, como foi dito aqui, real de construção – isso passa até além da Sra. Solange, foi antes dela, desde 2018. A gente poderia, sim, ter feito o Novo Ensino Médio.

E por que eu digo isso? Porque, se hoje a Secretaria de Educação está existindo, está acontecendo, é por causa do nosso suor, do nosso sangue e das nossas lágrimas: professores, alunos e gestores lá da escola. Temos dado o nosso sangue, a nossa saúde, as nossas licenças – eu, durante toda a minha licença-paternidade, estava trabalhando com o Júlio para poder fazer o ensino médio acontecer de verdade.

Se hoje a Secretaria de Educação não ruiu, foi por causa do nosso suor, do nosso sangue e das nossas lágrimas. Acredito, sim, gente, que éramos capazes de tê-lo implementado e acredito que, com o que nos foi dado, nós fizemos mil vezes mais do que éramos capazes com o nosso esforço. Se está assim, imaginem como estaria sem o nosso esforço, professores.

Eu acredito que um caminho – para não ficarmos somente no muro das lamentações – para nós termos soluções viáveis é, como disse a Professora Rosilene, investimento. Não existe reforma sem investimento. Você vai arrumar a sua casa sem investir? E é investimento financeiro, em pessoal, são várias áreas que demandam esse investimento.

Se vocês pararem para pensar... Na minha escola, graças ao Deputado Leandro Grass e ao Deputado João Cardoso, também, nós tivemos emendas parlamentares para podermos fazer algumas novidades para o Novo Ensino Médio. Se não fossem as emendas parlamentares, não teria sido possível fazer nada diferente, seria o novo velho ensino médio. Ou seja, nós precisamos desse investimento, as escolas precisam desse investimento.

Outra coisa que eu anotei aqui para falar, que alguns professores não falaram, é a respeito do Catálogo de Eletivas, de que a professora falou. Esse catálogo não existe, ele está postado no *site*, mas não existe um catálogo oficial, publicado pela Secretaria de Educação. Eu digo isso por quê? Porque, na minha escola, nós criamos, junto com os alunos e os professores, cem eletivas, e, desde o final de 2020, estamos, com um processo SEI – Sistema Eletrônico de Informações, tentando implementar esse sistema, que vai vir um dia, e nunca chega.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

SR. PEDRO CALEBE MOITINHO PEIXOTO – Eu já vou concluir a minha fala.

Então, eu acredito que a gente precisa organizar isso. Infelizmente, eu vou discordar quanto a isso da Professora Rosilene e dos outros colegas. Eu não acredito que haja tempo, nós já perdemos muito tempo para tentarmos refazer algo. Nós temos que pegar de onde estamos e tentar retirar o melhor disso, porque nós já perdemos muito tempo. Foram dois anos de pandemia e outros três anos de gestões que foram deixados para trás.

Eu costumo dizer para os meus professores que nos foi entregue algo horrível, um peixe podre, mas nós vamos transformar isso em algo bom, nós vamos transformar isso em algo positivo. Eu acredito que, conhecendo os professores – pelas falas que tivemos aqui –, nós somos capazes disso. Apesar de todas as outras forças que podem estar nos atrapalhando, nós temos feito um ótimo trabalho.

Eu queria dizer isto para os alunos que, às vezes, não sabem: o seu diretor, o seu professor, às vezes, vai dormir chorando de raiva – chorando – porque ele queria dar algo melhor para vocês, porque ele queria contemplar você na seletiva. Vocês não sabem quantos pais eu tive que atender. Então, acreditem quando falamos que estamos dando o melhor para vocês. E, como foi dito aqui, precisamos da ajuda de vocês para construir algo melhor.

Encerro aqui a minha fala. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Professor Calebe.

Passamos a palavra ao Matheus Costa de Sousa, Diretor do CED São Francisco.

SR. MATHEUS COSTA DE SOUSA – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos os presentes. Eu sou Diretor do CED São Francisco, o Chicão, de São Sebastião. É uma das escolas-piloto do Novo Ensino Médio.

Eu queria fazer honras às palavras que foram ditas. Eu não quero ser repetitivo. Quero lembrar um pouquinho do histórico da nossa escola em relação ao Novo Ensino Médio.

Quando optamos por ser uma escola-piloto do Novo Ensino Médio, eu me lembro muito bem das discussões que tivemos, num contexto de golpe que o nosso País teve, mas nós já vínhamos na construção de um ensino médio diferenciado.

Para entendermos a lógica desse ensino médio que está sendo implementado, precisamos recorrer ao que é o Projeto de Vida. Eu quero afirmar aqui, gente, que não existe Projeto de Vida que seja individual. Foi por isso que nós entramos no Novo Ensino Médio, para provar que os projetos de vida têm que ser coletivos, eles não podem ser desconectados da sua realidade. Não existe autonomia sem a gente se responsabilizar pelo coletivo.

A gente já tinha projetos que se encaixavam muito bem numa prometida organização curricular trazida pelo Novo Ensino Médio. Foi por isso que nós optamos por ele, porque ainda temos a convicção de que podemos fazer diferente em relação ao ensino médio. Realmente, precisamos de uma reforma para, talvez, diminuir a evasão.

Quero afirmar aqui que projetos de vida são coletivos, porque, hoje, nós estamos formando uma geração que vai ser frustrada. Isso é muito grave, porque estamos mexendo com sonhos, e boa parte da escola é feita de sonhos. Vai sair uma geração marcada por uma frustração muito grande, porque a gente não está tendo a sensibilidade de que escolas são pessoas.

Infelizmente, hoje há, desde o nível governamental até o nível distrital, uma insensibilidade. Parece que nós somos pedaços de pau, somos jogados daqui para acolá sem termos ouvido a base.

Hoje, infelizmente, há uma rede que está implementando uma política pública da qual se diz, unanimemente, que não vai dar certo. E como vai ser gerido isso? Acho que as respostas que esperamos ouvir aqui, nesta tarde, devam ser em torno disso, porque estamos adoecendo uma rede – estamos adoecendo uma rede.

Eram essas as minhas palavras. Gratidão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, professor.

Passamos a palavra, agora, ao penúltimo orador, o ex-Deputado Wasny de Roure.

SR. WASNY DE ROURE – Boa tarde a todos os alunos, aos estudantes aqui presentes, aos professores, aos diretores.

Cumprimento a Mesa nas figuras das duas mulheres aqui representadas, bem como na do nosso Deputado e na do Professor Carlos Lafaiete, Diretor do Cemi.

Meus amigos e minhas amigas, este é um dos temas cruciais que nós estamos vivendo, neste momento – e aqui quero cumprimentar os proponentes da propositura –, que é a implantação do Novo Ensino Médio em nossa realidade educacional.

Em primeiro lugar, o processo que nasce em 2018 encontra um quadro de pandemia e um percalço nesses três últimos anos, que, utilizando as palavras do diretor que me antecedeu há pouco, nada mais floresceu do que uma crise emocional.

Como eu tenho visitado muitas escolas, recentemente a diretora de uma delas disse: “Wasny, precisamos urgentemente de psicólogos. Não o psicólogo que visita as nossas escolas, mas psicólogos clínicos que possam atender os nossos adolescentes e jovens, em face do quadro emocional que as escolas estão vivenciando.”

O crônico disso é que a faixa etária do ensino médio é exatamente a faixa etária de maiores mudanças na vida do jovem, do adolescente, quando se dá a afirmação do seu perfil, da sua identidade e dos seus anseios.

Para corroborar essa crise, nós tivemos um cenário no Ministério da Educação – é desnecessário falar sobre ele, pois estamos aqui com profissionais da educação –, que foi um verdadeiro caos. Para mostrar para a sociedade brasileira um projeto evidentemente comprometido com a educação, o próprio Ministério da Educação mostrou sua instabilidade em sua própria gestão.

Não foi diferente no Distrito Federal. Estamos, parece-me, na terceira ou quarta gestão na Secretaria de Educação, sendo que o caso do ensino médio foi tão grave que a equipe também mudou por diversas vezes, quando esta deveria ser uma equipe experimentada na temática para

ajudar as escolas e as regionais de ensino a processarem a internalização das estruturas, que já sofrem enormes dificuldades.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

SR. WASNY DE ROURE – Encerrando.

Mas o que se observou foi uma enorme insegurança da própria Secretaria de Educação e, em particular, da diretoria responsável pela unidade. Tanto é verdade que, ao anunciar esta comissão geral, a própria Secretaria de Educação enviou uma equipe a São Paulo para conhecer as realidades do ensino médio, o que mostrou que determinados estados, hoje, oferecem condições de dar munhões, elementos para o processo de implantação.

Então, acho que temos que ter a clareza de que esse processo vai exigir um tempo maior e vai exigir muito, Calebe – eu me lembro bem do seu nome, porque o nome do meu filho é Calebe também, então, não tem como esquecer, Pedro Calebe –, essa sua palavra, que é o comprometimento da equipe das escolas: os professores, os servidores.

Eu tenho ficado impressionado, Rosilene, porque, às vezes, o próprio trabalhador de serviços gerais da limpeza tem que suprir a inexistência de vigilante na portaria, socorrendo na hora de entregar as crianças, na hora de receber as crianças. Isso mostra a fragilidade da equipe das escolas.

E o mais grave, para encerrar, Professora Solange, foi o aumento abrupto, em sala de aula, do número de estudantes. Isso trouxe enormes prejuízos, sobretudo para o aluno e para quem ministra em uma sala de aula. Isso demonstra a gravidade e as dificuldades reais de se processar a implantação do Novo Ensino Médio.

Eu desejo para a nova equipe, a despeito de serem bastante críticas as observações, sucesso. Que vocês superem as dificuldades, retornando o número de alunos ao menor patamar para facilitar o próprio ensino, que hoje está bastante comprometido com a portaria que liberou e possibilitou o aumento desse número para além das condições de um bom profissional executar o seu serviço em sala de aula.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Com a palavra a última oradora, para depois voltamos para as considerações finais da Mesa, Sra. Edileusa Costa, Coordenadora do Cemi.

Lembro que, depois, vamos voltar para as considerações finais da Mesa, dando dois minutos àqueles que desejarem fazer uso da palavra, porque nossos estudantes têm hora para voltar para o Gama, senão chegarão lá tardiamente.

Concedo a palavra à Sra. Edileusa Costa Silva.

SRA. EDILEUSA COSTA SILVA – Boa tarde a todos e todas. A minha fala é sobre uma preocupação muito forte que eu tenho com o Novo Ensino Médio em relação à questão do professor, principalmente nas escolas pequenas.

Em uma escola que tiver doze turmas num turno, o pobre do professor estará com sete conteúdos. Falo isso porque nós do Cemi somos uma escola-piloto e já estamos no terceiro ano de pilotagem. Por exemplo, um professor de Biologia – porque lá, quando se tem doze turnos, há só um professor – vai ter Biologia do primeiro ano, Biologia do segundo ano, Biologia do terceiro ano, eletiva – vocês viram como os meninos gostam da eletiva de Biologia, por isso eu citei Biologia –, trilha do segundo ano, trilha do terceiro ano e, agora, com esse guia de avaliação, resgataram a dependência EAD, sendo que há um projeto interventivo presencial.

Sabem o que acontece? A Diem não foi ouvida porque alguém teve que resgatar leis antigas de um sistema novo! A gente agora não chama mais de NEM – Novo Ensino Médio. Agora é “VEM”, que é o velho ensino médio vestindo essa roupa. (Palmas.) Sinceramente, gente, eu, por três anos, usei a roupa de musa do Novo Ensino Médio, eu defendia esse Novo Ensino Médio de uma maneira como eu nunca havia defendido a educação, porque eu acreditei no projeto.

Na reunião do ano passado, eu ouvi várias vezes que 29 não são 30. A gente vai pensar só em número? Quando a gente fala que o aluno quer uma eletiva... Olha, eu vou abrir duas turmas dessa eletiva, mas não vou ter sessenta alunos. Não, então você não pode abrir duas turmas. Abre uma.

Então, no processo de escolha de escolas pequenas, esse processo de escolha também é uma mentira, porque o meu professor de Biologia só consegue dar uma eletiva, pois dentro da grade dele é o que pode acontecer. Em escolas grandes, com muitas turmas, o professor, sim, pode pegar várias eletivas ou repetir a eletiva em várias turmas, melhor dizendo. Então, há um processo maior de escolha.

Se eu não penso nesse professor, se eu penso várias vezes que 29 não são 30... Por que eu falo isso, que 29 não são 30? Na pilotagem, as turmas de eletivas, as turmas de Projeto de Vida tinham de vinte a trinta alunos. No final do ano passado, disseram que era de 30 a 38. Como eu trabalho, com 38 alunos, Projeto de Vida? Como um professor vai conhecer o projeto de vida daquele aluno com 40, 38 alunos na sala? Como? Como eu mexo no íntimo desse aluno? Como? Não há como.

Falou-se em aptidão do professor de Projeto de Vida. A Eape reformulou todo o quadro e diminuiu o número de formadores. Então, a gente fala de uma aptidão necessária porque, para Projeto de Vida, precisa-se de formação, de uma rede de apoio, mas, quando tem que se ampliar o quadro, ele é diminuído.

Então, o Novo Ensino Médio, infelizmente, nos últimos meses, talvez desde quando voltamos ao presencial, ele vestiu uma roupa que eu achava que já tinha deixado de vestir. A gente está vivendo o velho ensino médio, porque eu acho que a secretaria entendeu que: "Ah! A gente já trabalhava com os PDs – Projetos Didáticos. Itinerário formativo é PD. A gente já trabalhava com mil horas. Então, eles já faziam o Novo Ensino Médio." Não, a gente tinha uma proposta muito linda e vanguardista mesmo, como disse o Lafaiete, e que afundou.

Era só isso.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Para fazer as considerações finais, por dois minutos, concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Serei bem breve.

Eu quero agradecer as falas de todos e de todas vocês e, de forma muito especial, as falas dos estudantes e das estudantes. Isso demonstra uma maturidade e uma compreensão do que é a educação, do que é a educação pública, acima de tudo. Demonstra que, se não respeitarmos o estudante, não faremos educação de verdade.

Respeitar os estudantes também implica respeitar o professor, porque, se não cuidarmos do professor para que o aluno aprenda bem, nada faz sentido.

Fiquei muito feliz e muito representado por vocês. Quero dizer que, como professor, hoje vocês me representam também na capacidade de dialogar e na capacidade de apontar o que deve ser a verdadeira política educacional, que não pode ser feita de qualquer jeito, não pode ser feita às pressas e tem que ter planejamento.

Educação é política de Estado, não é política de governo e, muito menos, política de secretariado. Não há como uma gestão da educação dar certo quando se troca mais de cinco vezes o Secretário de Educação, quando a descontinuidade é uma cultura e não uma exceção. É impossível.

Portanto, a educação precisa ser levada a sério. Ela não é um brinquedo que, na medida em que entra um, entra um, entra um e entra outro, vai mudando a direção. Educação não pode ser feita sem ouvir aqueles e aquelas que estão na base, no chão da escola, porque, como disse Matheus: "Escolas são pessoas". Então, não adianta emitir portaria a, b, c e d sem escutar as pessoas. Eu queria firmar esse nosso posicionamento, porque é a nossa visão sobre educação – a nossa aqui, minha e do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Sei também que é da Rosilene e de boa parte dos que estão aqui, neste momento, na Câmara Legislativa.

Nós não queremos educação de qualquer jeito. Queremos política educacional de verdade, porque um projeto de governo se expressa no seu projeto de educação. E, se a educação vai mal, todo o governo vai mal, toda a sociedade vai mal.

Quero dizer a vocês, jovens estudantes: eu trabalho com projeto de vida há de vinte anos. A vida vai muito além do conteúdo. A vida vai muito além do itinerário, do currículo. A vida é muito mais. A juventude quer viver, mas quer viver de forma plena, de forma que todas as suas dimensões e todas as suas formas de ser e de se expressar sejam contempladas.

A juventude não quer apenas ser inserida no mercado. Sim, ela quer trabalhar, ela quer ter renda. O jovem também quer ser reconhecido, como muito bem disse aqui uma das estudantes que pôde se manifestar. O jovem quer poder dizer o que pensa. O jovem quer arte. O jovem quer comida. O jovem quer cultura. O jovem quer se conectar com a vida, com o meio ambiente e com a sociedade como um todo. Portanto, não vamos reduzir a juventude a algo tão pequeno, porque a juventude é gigante.

Parabéns a vocês que vieram aqui e usaram esse microfone como poucos aqui já usaram. Muito orgulho de vocês. Vocês também me representam.

Muito obrigado a todos e todas. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra à Professora Rosilene Correa.

SRA. ROSILENE CORREA – Quero dizer que nenhum de nós que está aqui à Mesa precisava ter falado. Solange, fica aqui realmente o apelo. Se não tivemos a oportunidade antes, acho que a Secretaria de Educação teve aqui o momento de repensar e de reavaliar, porque nós ouvimos quem, de fato, faz a educação acontecer e quem a recebe, que são os nossos estudantes.

Se nós estamos pensando... E eu já ouvi de você – inclusive, num tom de crítica, que é legítimo – que o sindicato pensa muito no professor e não no estudante. Eu acho que, aqui hoje, ficou muito claro: se a secretaria, de fato, tem o compromisso com os nossos estudantes, vai repensar, vai rever essa política para este momento, pelo menos.

Temos que considerar que estamos tratando de estudantes que passaram – quem estava no 8º ano, no 9º ano – por esses dois anos em plena pandemia e chegaram, agora, ao ensino médio de uma forma desestruturada. E não podemos desconsiderar a opinião de quem, como eu disse, faz isso acontecer.

De tudo que nós ouvimos aqui, gente, sem exceção, nenhum de vocês – estudantes, professores, gestores – colocou que está sendo algo razoável. Não podemos cometer esse engano, esse equívoco, e manter essas condições, porque aí, Solange, a equipe da Secretaria de Educação e o Governo do Distrito Federal vão assumir para si a responsabilidade de um desastre, de um caos na educação pública, especialmente no ensino médio do Distrito Federal. Acho que não podemos correr esse risco, porque estaremos cometendo um crime contra a nossa juventude.

Eu quero dizer a vocês, estudantes, que eu saio daqui hoje com a certeza de que este País tem conserto, sim, porque temos vocês. Hoje nós tivemos aqui, Deputado Leandro Grass, na verdade, uma baita aula da capacidade de compreensão de mundo, de que mundo vocês querem, do que é direito de vocês.

Não abram mão nunca de reivindicar aquilo que é de vocês.

Tchau.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – O Professor Lafaiete não vai fazer considerações finais.

Vou passar a palavra à Professora Solange. Aviso que aqui foram explicitadas várias fragilidades do sistema em meio à pandemia. O que já era esperado que acontecesse, a pandemia intensificou e agravou. Claro que a senhora naturalmente fez todas as anotações.

Uma audiência pública desta não pode morrer na audiência. Ela tem que ter resultado prático, resultado concreto. Tenho certeza de que a senhora levará todas essas queixas, demandas, desesperos e ansiedades à equipe da Secretaria de Educação, que a gente espera que fique, pelo menos, até o final do governo.

A gente observa que nunca foi tão atual a fala de Darcy Ribeiro em meio a toda essa questão. Darcy Ribeiro sempre dizia que “a crise da educação no Brasil” – e no Distrito Federal – “não é uma crise; é um projeto”.

Quando eu digo que não existe projeto em política pública no Brasil, na verdade há um projeto: o de manter a educação sempre em crise. A gente está sempre começando do zero, porque a gente nunca termina um projeto e já começa outro.

E a gente não começa projeto, como eu disse. A gente começa a colocar em prática a ideia, mas sem projeto, sem planejamento e sem o devido investimento necessário. Essa é a realidade do Novo Ensino Médio, ao qual o Distrito Federal teve que se adequar, visto que foi uma imposição federal. Só que aqui, assim como no restante do Brasil, a gente teve que colocá-lo em prática a trancos e barrancos.

Com a palavra a Sra. Professora Solange Foizer Silva.

SRA. SOLANGE FOIZER SILVA – Eu agradeço a oportunidade. Foi um momento privilegiado de aprendizagem em si. Vale a pena ressaltar, Wasny, que eu tive o privilégio de ser diretora eleita e trabalhar com a Sara, sua filha, na 107 Sul, com quem discutimos muitas vezes. Entendo exatamente o que o senhor falou, porque nós já discutíamos educação nos idos dos anos 1990.

Posso dizer aqui que a Secretaria de Educação tem realmente o centro no estudante. Como bem disse a Professora Rosilene, a diferença das escolas particulares para as públicas, eu não vou dizer que é em cima do Novo Ensino Médio, porque a lei do Novo Ensino Médio é para todas, públicas e privadas. São 1.800 horas de Formação Geral Básica, não mais do que isso. A lei determina isso. E o Conselho de Educação tem aprovado matrizes da rede particular exatamente com itinerários e com Formação Geral Básica chegando ao máximo de 1.800 horas. Itinerários são, no mínimo, de 1.200 horas.

Mas tudo isso passa, inclusive, pela condução na pandemia. A rede particular voltou às aulas em setembro de 2020, e, para nós retornarmos em agosto de 2021, foram muitas conversas entre secretaria e sindicato. Então, havia um prejuízo, sim, quando, inclusive, esta Casa trabalhava virtualmente. Virtualmente não é igual a presencialmente.

Queremos, sim, fazer a educação de qualidade, mesmo estando na quarta ou quinta gestão, e fechar com algo que deixe os nossos estudantes em uma situação de aprendizagem muito melhor do que os encontramos, considerando que o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi descendo de 2000 até 2019.

Muito obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras, por esta audiência pública, que muito colabora com a educação do Distrito Federal, seja ela pública ou privada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Gente, o que a gente espera mesmo aqui na Câmara Legislativa é sempre isto: fazer uma audiência que não seja só uma audição, mas que haja resultados práticos.

É muito comum aqui virem os representantes da Secretaria de Educação. Eles ouvem o que já sabem e conhecem e, depois, não há um retorno para os profissionais de educação. Não é possível que queixas comuns de professores, gestores, estudantes e profissionais da assistência educacional sejam incompatíveis com aquilo que a secretaria pensa! Ou, então, a gente está vivendo em mundos paralelos.

O que a gente pede sempre, subsecretária, é que isso que foi dito aqui – porque não foi dito combinadamente; as coisas aqui acontecem de forma natural e espontânea, com base na realidade do dia – seja, de fato, levado à Secretaria de Educação, para que, uma vez não revogada, como defendem o Professor Garibel e a Professora Rosilene, a lei seja adequada à realidade – de fato.

Não tem sentido a gente começar um projeto sem um sistema. Não tem sentido a gente começar um projeto sem estrutura física. Não tem sentido a gente começar um projeto sem professores suficientes. Não tem sentido haver um ensino integrado no ensino médio sem uma quadra poliesportiva coberta, sem um auditório e sem um refeitório. É aquela coisa: a gente sempre vai fazendo a trancos e barrancos, dependendo, como disse o Calebe, do grande esforço dos profissionais de educação. Isso é a prova de uma tese que defendo há muito tempo, quando eu era estudante da Universidade de Brasília.

A Secretaria de Educação é um organismo vivo de autorregulação. A gente se autogere. O bom Secretário de Educação é o que não atrapalha. Se ele não fizer nada, ele é ótimo, porque ele não atrapalha. A gente se autorregula. A gente consegue fazer a autogestão do sistema.

O problema é que entra secretário, sai secretário, e eles inventam. E, quando inventam, atrapalham. Ou seja, se deixarem a gente gerir o sistema da nossa forma, com a autorregulação, a gente consegue fazê-lo funcionar melhor. Se a secretaria quer propor algo, que o proponha com investimento, planejamento e projeto dialogado com a comunidade escolar.

Por isso, o que a gente pede mesmo é que essas demandas, queixas e preocupações sejam levadas à secretaria, para que se tente, no mínimo, minimizá-las e, assim, sanar parte do problema no ano que vem.

Agradeço a todos a presença. Muito obrigado, gente. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 17h53min.)



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO CARDOSO JUNIOR - Matr. 12872, Técnico Legislativo**, em 30/05/2022, às 16:58, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 30/05/2022, às 17:04, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 30/05/2022, às 17:25, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0805369** Código CRC: **877B2559**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br